Águas de Santo André
Grupo Águas de Portugal

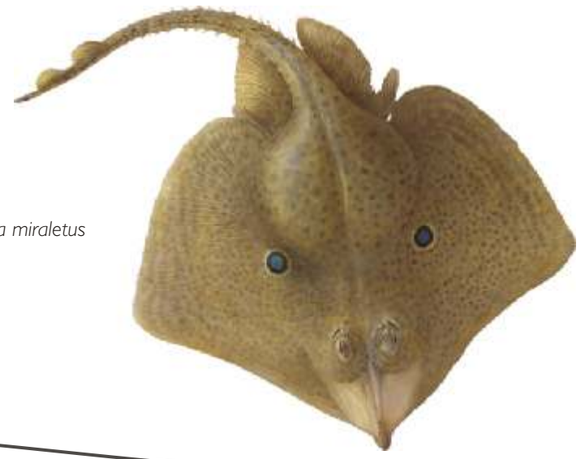
2006
Relatório e Contas

Águas de Santo André
Grupo Águas de Portugal

ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ
Grupo Águas de Portugal

AdSA - Águas de Santo André
Relatório e Contas **2006**

Ilustração da Capa
Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*)



Raia-de-quatro-olhos - *Raja miraletus*

Índice

Mensagem do Presidente
Órgãos Sociais
Mesa da Assembleia Geral
Conselho de Administração
Fiscal Único
A Empresa
Principais Acontecimentos
Missão e Posicionamento Estratégico
Missão
Visão
Valores
Objectivos Estratégicos
Desafios Futuros

A - Governo da Sociedade
1. Estrutura Organizacional
2. Relação com Stakeholders
3. Regras Societárias
4. Órgãos de Administração
5. Remunerações

B - Actividade da Empresa
1. Introdução
2. Enquadramento macro económico
3. Enquadramento do Sector
4. Cadeia de Valor
5. Responsabilidade Social
6. Regulação
7. Situação Económica e Financeira
8. Perspectivas para o Futuro
9. Considerações Finais
10. Anexo ao Relatório
11. Proposta de Aplicação de Resultados

C - Contas do Exercício de 2006
Contas Individuais
Balanço
Demonstração dos resultados por naturezas
Demonstração dos resultados por funções
Demonstração dos fluxos de caixa
Notas às Demonstrações financeiras
Relatório e parecer do fiscal único
Certificação legal de contas

Poupa - *Upupa epops Linnaeus*

Mensagem do Presidente

De acordo com a Visão da Águas de Santo André, S.A. (AdSA), pretende-se que a AdSA venha a ser reconhecida como a empresa de referência, nas questões ambientais, na região, nomeadamente na Zona Industrial e Logística de Sines, optimizando o Sistema de Santo André, podendo desenvolver as suas competências, numa óptica regional e de economia de escala, envolvendo outros Municípios e parceiros, com interesse estratégico.

A AdSA é uma Empresa que tem actividades diversificadas.

Assim, no abastecimento de água para consumo humano há a realçar a entrada em funcionamento, em Março de 2006, da Estação Elevatória do Moínho Novo, permitindo uma optimização da exploração do aquífero, também com economias energéticas. A água consumida foi de 1 435 588 m^3, menos cerca de 7,2 % do que em 2005, talvez devido às campanhas de economia de água, promovidas pela AdSA, principalmente no ano de seca de 2005.

Quanto à água industrial, foram consumidos 9 604 532 m^3, cerca de 7,2% menos que no ano anterior, devido fundamentalmente à paragem programada, de cerca de um mês, de um dos grandes clientes (Repsol). A AdSA fez, em 2006, um esforço para recuperar os níveis da albufeira de Morgavel, de modo a assegurar, pelo menos para dois anos, as necessidades de abastecimento de água industrial, após o ano de seca de 2005. No final de 2006, o volume útil, da albufeira, era de 22,89 hm3, cerca de 92,11% do volume máximo utilizável.

No que respeita ao tratamento de água residual, na ETAR, o volume total tratado foi de 5 179 892 m^3, sendo de 3 421 320 m^3 o correspondente à água residual industrial, e de 1758 572 m^3 o de água residual urbana, com acréscimos de, respectivamente, 10,8%, 8,7% e 15,3%, relativamente a 2005, O acréscimo da água residual urbana poderá dever-se talvez pela infiltração nas redes de drenagem, devido a maior pluviosidade em 2006, apesar das redes serem separativas.

A fim de regularizar a situação do Aterro de Santo André, a AdSA promoveu várias acções, nomeadamente, a elaboração dos projectos de selagem dos aterros de RSU e de RSI, assim como a elaboração de projecto de construção de novos alvéolos para a deposição de RIB, bem como a elaboração de um caderno de encargos para o lançamento do concurso público internacional para a "Valorização das Lamas Industriais Depositadas/Confinadas em Bacias Próprias no Aterro de Santo André".

O volume de negócios da AdSA foi, em 2006, de € 6 508 619, sendo o resultado líquido positivo de € 1.383.942,00, devido principalmente a proveitos extraordinários, devidos pela resolução de processos judiciais em curso.

Reconhecendo, a AdSA, a importância da certificação, iniciou-se em 2005 o processo de certificação nas vertentes da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, prevendo-se a sua conclusão no ano de 2007.

Noutro plano, a AdSA tem sustentado algumas parcerias de I&D, de que é exemplo o estudo do aquífero com o apoio da Universidade de Évora, de forma a conhecerem-se as suas potencialidades e para permitir definir os perímetros de protecção a propor à CCDR-Alentejo. Também está em implementação, pelo IST, o sistema de monitorização e controlo ambiental do meio receptor, na envolvente da descarga do emissário submarino da ETAR de Ribeira de Moínhos.

Uma palavra de reconhecimento aos nossos colaboradores, pelo profissionalismo, competência, empenho e dedicação, que permitiram à AdSA o cumprimento da sua Missão.

Carapau - *Trachurus trachurus*

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais, eleitos na Assembleia Geral de Accionistas, realizada no dia 18 de Novembro de 2004, que sofreram alterações, por renúncia, ao longo do triénio, apresentam actualmente a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:
Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
Vice-presidente:
Dra. Alexandra Varanda
Secretário:
Dra. Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente:
Eng.º Ângelo Paulo Garcia Gromicho

Administrador-Delegado:
Eng.º António Manuel Gravata Filipe

Fiscal Único

Efectivo
"Pricewaterhouse Coopers & Associados, Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, Lda.", representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa.
Suplente
Dra. Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão.

Curriculum Vitae do Conselho de Administração

Eng.º Ângelo Paulo Garcia Gromicho

Nasceu em Lisboa a 22 de Novembro de 1946.

Habilitações Académicas
Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico e IX PADE - Programa de Alta Direcção de Empresas pela AESE 1991/92.

Carreira Profissional
Iniciou carreira em 1976 na Direcção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (actual INAG) sendo técnico e Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento. De Janeiro 1989 a Fevereiro de 1990, colaborador na coordenação dos projectos de mini-hídricas na Hidroquatro,S.A. De Fevereiro de 1990 a 25 de Julho de 1991 Vogal do Conselho de Gerência da EPAL- Empresa Pública das Águas Livres. Administrador do Conselho de Administração da EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., desde 26 de Julho de 1991 a 23 de Março de 1994 e Vice Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A, de 23 de Março de 1994 a 1 de Julho de 1996. Assessor da Administração da Tecnorocha de Agosto de 1996 a Julho de 1997. Presidente do Conselho de Administração da Águas do Sado, Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Setúbal, S.A., de 14 de Novembro de 1997 a 6 de Setembro de 1999. Desde Setembro de 1999, assessor da Luságua-Gestão de Águas, S.A.. De Novembro de 2004 a Abril de 2006, Presidente do Conselho de Administração da AdNA- Águas do Norte Alentejano e, desde Novembro de 2004, Presidente do Conselho de Administração da AdSA-Águas de Santo André, S.A..

Funções Actuais
Além de presidir ao Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. é assessor da AdP Águas de Portugal, SGPS, S.A

Outros
É Vice-Presidente da APDA Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, membro da Ordem dos Engenheiros, APRH e APESB e secretário da Mesa da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Atletismo.

Eng.º António Manuel Gravata Filipe

Nasceu em Lisboa a 16 de Abril de 1947.

Habilitações Académicas
Licenciatura em Engenharia Química Industrial pelo Instituto Superior Técnico.

Carreira Profissional
Iniciou a sua actividade em Janeiro de 1974 na TINCO Sociedade Fabril de Tintas de Construção como Chefe de Produção da fábrica do Barreiro, onde foi responsável pelos programas de produção, Controle de Qualidade e Departamento de Higiene e Segurança

Admitido em Abril de 1976, como adjunto do Director da Fábrica de Tintas da INTENTO Indústrias e Representações para a Construção, como responsável directo dos programas de produção, gestão de stocks, de matérias primas e produtos acabados, planos de investimento e alargamento da gama de produtos produzidos
Em Outubro de 1976 assumiu a Direcção Fabril, acumulando as responsabilidades do Laboratório de Controle de Qualidade, elaboração dos Planos Orçamentais anuais e Controle Orçamental e a criação e orientação de um serviço de Assistência Técnica.
Em Janeiro de 1981 foi nomeado Director Geral da CARBOTINTA, do grupo INTENTO, acumulando com as funções anteriores para constituir uma equipa técnico-comercial e respectivo apoio administrativo para a venda e assistência técnica da nova gama de produtos, em paralelo com a adaptação e arranque da produção daqueles produtos.

Em Janeiro de 1993 foi convidado para Director Técnico da JULIEN Companhia Europeia de Pinturas e Tintas, Lda. (Grupo Valentine) cujas funções assumiu, com as responsabilidades de reequipamento do Laboratório de apoio à produção e Assistência Técnica a clientes e gabinetes de arquitectura e engenharia

Em Setembro de 1983 foi admitido por Tintas Berger Portugal (Robbialac Portuguesa) a fim de assumir funções na associada angolana como Director Geral e Director Técnico, por um período de três anos (que se prolongaram para quatro anos e meio) após o qual foi integrado nos quadros da empresa portuguesa.
Em Angola, as responsabilidades inerentes àquelas funções foram representar os sócios maioritários na República Popular de Angola, como seu procurador, em todas as situações inerentes a esse estatuto, definir, com a Administração, os objectivos a atingir e velar pelo seu cumprimento, propor à Administração os projectos de desenvolvimento e investimento julgados oportunos, dentro das perspectivas de evolução do mercado local, pesquisar novas possibilidades de desenvolvimento e investimento futuros, para o aproveitamento integral das potencialidades da empresa, elaboração dos planos de produção, gestão de stocks e importação de matérias primas, pesquisa e formação técnica de quadros locais e assistência técnica a clientes (Estaleiros navais, parque de combustíveis, empresas de construção, oficinas de pintura automóvel, etc).
No regresso a Portugal, em Abril de 1988, foi integrado nos quadros da Robbialac Portuguesa com as funções de Gestor de Produto, na rede de lojas da empresa.
No âmbito destas funções frequentou um curso de marketing no Marketing Institute, em Windsor, Inglaterra, destinado a gestores de produto, versando publicidade, técnicas de merchandising, estudos de mercado, comunicação e controle financeiro.

Em resposta ao convite formulado pelo Director Geral da NITIN, Nova Indústria de Tintas, SA, assumi, em Janeiro de 1989, as funções de Director de Produção da fábrica do Seixal, acumulando com a responsabilidade do lançamento da produção local e comercialização de uma gama de tintas para manutenção industrial e protecção anticorrosiva, sob licença da Corroless International (UK).
Em Fevereiro de 1994, deu início ao processo de certificação de qualidade da NitiN que culminou com a obtenção do Certificado de Qualidade em Janeiro de 1997.
Em Dezembro de 1997, foi convidado para assumir a Direcção Geral da empresa, passando a ser o interlocutor da Administração junto da empresa, com a responsabilidade de coordenação da elaboração dos Orçamentos anuais e respectivo controle periódico, definir as políticas a seguir por cada sector da Empresa bem como os planos de expansão, tanto no território nacional como em Angola e Moçambique.

Em Fevereiro de 2001 assumiu as funções de Director Geral da ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, SA, criada em Julho de 2000, reportando directamente ao Conselho de Administração, com as responsabilidades de coordenação da elaboração dos Orçamentos anuais e respectivo controle periódico, gestão dos projectos de investimento apoiados pelo Fundo de Coesão da Comunidade Europeia em articulação com as entidades oficiais, estabelecer a ligação entre o Conselho de Administração e os restantes órgãos directores da Empresa, implementar as políticas definidas pelo Conselho de Administração.
Em Março de 2003 foi convidado para a função de Administrador Delegado, com funções executivas, cargo que desempenhou até Março de 2006.

Funções Actuais
Administrador Delegado da Águas de Santo André, SA.

Alvéola - *Motacilla cinerea*

A Empresa

Organograma

Figura 1 | Organograma

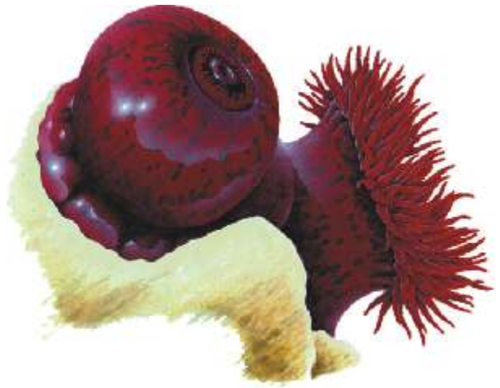
Principais Indicadores

Principais Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Capital Social (€)	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Capital Próprio (€)	460.689	605.092	647.929	1.138.712	1.120.888	2.483.842
Activo Líquido Total (€)	90.814.034	77.600.410	77.487.020	77.085.263	75.379.115	76.049.148
Investimento (€)	115.619	328.803	616.820	243.659	744.193	664.969
Vendas e Serviços Prestados (€)	0	6.368.571	7.040.449	9.071.441	7.409.456	6.508.619
Result. Antes Impostos, Resul. Financ. E Amorz. (EBITA) (€)	-24.852	4.178.210	4.373.045	4.632.548	4.143.979	6.142.388
Result. Antes Impostos e Resul. Financ. (EBIT) (€)	-55.938	275.722	287.100	790.458	-96.800	2.258.493
Result. Antes Impostos (€)	-55.288	269.664	202.533	678.090	43.283	2.098.954
Result. Líquido do Exercício (€)	-39.311	144.403	83.086	528.711	18.576	1.383.942
Número de trabalhadores em 31 de Dezembro	99	56	59	59	57	61
Número de Clientes	5.040	5.115	5.169	5.204	5.389	5.496
Número de Municípios Abastecidos	2	2	2	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	28.650	28.650	28.650	28.650	28.650	28.650
Área Total Abastecida (km^2)	61	61	61	61	61	61
Água Total Fornecida (m^3)	NA	12.158.397	11.148.407	11.187.807	11.702.468	11.040.120
Água Total Captada (m^3)	NA	13.078.069	12.008.785	11.740.738	12.243.376	11.581.074
Quantidade de Lamas Produzidas (ton)	-	7092,10	9286,70	9819,40	5404,94	9023,68
Quantidade de RSI Depositados (ton)	-	1897,55	430,99	739,21	1018,42*	25,86*
Efluente Total Tratado (m^3)	NA	4.080.960	4.769.757	4.770.960	4.672.927	5.179.892
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m^3)	NA	260.000	260.000	260.000	130.000	130.000
Capacidade Diária de Tratamento de Água Potável (m^3)	NA	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Capacidade Diária de Tratamento de Efluentes (m^3)	NA	43.000	43.000	43.000	43.000	43.000

* Actividade de Recepção de resíduos encerrada para clientes, recebendo apenas Lamas e RSI provenientes da ETAR de Ribeira Moinhos.

Figura 2 | Síntese dos Principais Indicadores

Actínia - *Actinia equina*



Principais Acontecimentos

Subsistema de Água Potável

A actividade deste Sector abrange toda a produção de água potável, incluindo o tratamento, a sua distribuição em Vila Nova de Santo André, a adução ao centro de Monte Chãos e posterior distribuição à Zona Industrial e Logística de Sines.

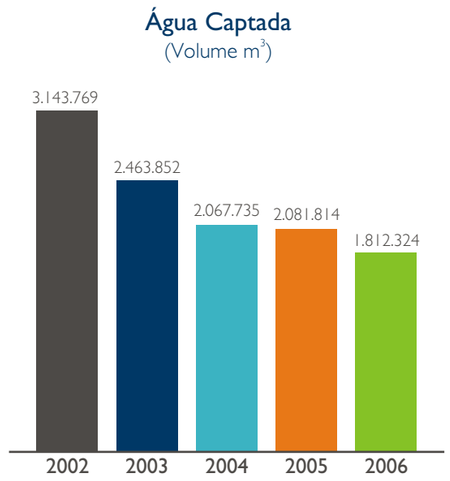


Figura 3 | Água Captada

Em 2006 foram captados e tratados 1.812.324 m^3 de água subterrânea, destinados ao total de clientes da Zona Industrial e Logística de Sines, Vila Nova de Santo André e Câmaras Municipais e, ainda, uma pequena percentagem foi exportada para o subsistema de água industrial.
Neste ano, verificou-se uma nova redução no volume de água captada, acompanhando a tendência verificada entre os anos de 2002 e 2004, como se observa na figura 3. O principal motivo para este facto, terá tido origem na campanha de sensibilização para a racionalização do consumo de água, que a AdSA promoveu junto dos clientes e divulgou nos meios de comunicação social.

Relativamente ao contributo de cada captação subterrânea para o total de água produzida, como se verifica na figura 4, foi a captação "Galiza" a mais explorada. Esta situação deve-se ao funcionamento ininterrupto no abastecimento à povoação de Brescos, sendo que o caudal extraído e não consumido em linha, foi reencaminhado para o reservatório do Centro de Distribuição de Santo André, função que no ano transacto era assegurada por "Porto Peixe". Esta entrega é efectuada, em alta, à Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

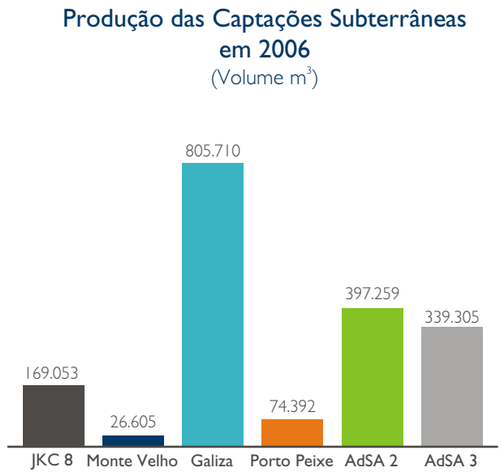


Figura 4 | Produção das Captações Subterrâneas em 2006 (m3)

Na figura 5 consta o valor das perdas totais do sistema de distribuição de água em percentagem do valor captado. É de referir que estas perdas integram o volume de água fornecido não facturado, nomeadamente, os consumos próprios da empresa e dos Bombeiros Voluntários de Santo André, e que rondam 1%.
Este ano verificou-se uma pequena redução no valor das perdas neste subsistema, sendo que o mesmo se considera aceitável, atendendo ao facto de que a rede de abastecimento da AdSA é maioritariamente de distribuição em baixa. Contudo, é intenção desta Empresa reduzir o referido valor, optimizando a exploração da rede de abastecimento, e fomentando a melhoria das redes camarárias de rega, das zonas verdes de Santo André, que a CMSC tem vindo a realizar.

Valor das Perdas Totais Subsist. de Água Potável	2002	2003	2004	2005	2006
Água Captada	3.143.769	2.463.852	2.067.735	2.081.814	1.812.324
Água Consumida	2.348.694	1.721.313	1.698.518	1.545.799	1.435.588
Transvases	-	-	-	134.130	51.771
Perdas (%)	25	30	18	19	18

Figura 5 | Valor das Perdas Totais do Subsistema de Água Potável.

Monitorização e Qualidade

No cumprimento do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), para o ano de 2006, proposto por Águas de Santo André, e aprovado, de acordo com a legislação em vigor, pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), esta Empresa efectuou, através de um laboratório certificado (Laboratório Pró-Qualidade), 3.453 análises, que asseguraram o cumprimento dos valores estabelecidos.
Na zona de abastecimento de Santo André, os pontos de consumo, correspondentes a habitações particulares, foram seleccionados aleatoriamente a partir do registo de clientes/consumidores de água da Águas de Santo André, S.A..
Na zona de abastecimento da Zona Industrial e Logística de Sines, todos os pontos de consumo foram contemplados na amostragem, visto que o número de clientes é limitado. Nas indústrias da Zona de Sines, a amostragem foi executada, preferencialmente, nos refeitórios das respectivas empresas.
Além deste programa analítico, a AdSA manteve um outro complementar, constituído por amostras colhidas nos seus pontos de entrega, ou seja, onde cessa a sua responsabilidade de assegurar a qualidade da água. Por esta razão, o número de análises efectuadas excedeu, em grande escala, o número de análises impostas pelos diplomas em vigor (figura 6).

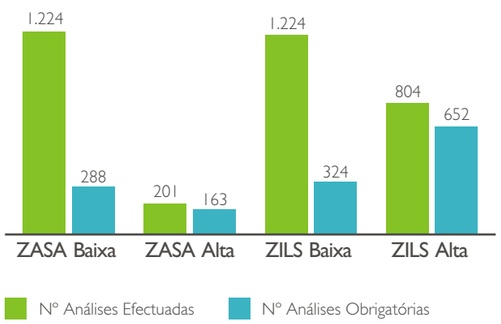


Figura 6 | Número de Análises Obrigatórias e Complementares

No ano de 2006, foram efectuadas mais 192 determinações do que em 2005, o que corresponde, principalmente, à inclusão no PCQA deste ano, dois novos pontos de entrega em alta à Câmara Municipal de Sines (CMS), designadamente, Bêbeda e Paiol.
No que respeita ao número de incumprimentos aos valores paramétricos, relativos às colheitas na torneira do consumidor, verificou-se um ligeiro aumento (figura 7), cuja origem não foi perfeitamente identificada, uma vez que, nos pontos de entrega da AdSA, cumpriram-se todos os requisitos legais da qualidade da água. Contudo, não será alheio o facto de, em 2006, ter sido outro laboratório a efectuar este serviço subcontratado, estando associadas as diferenças dos métodos analíticos bem como os procedimentos utilizados nas recolhas de amostras.

	ZASA Baixa	ZASA Alta	ZILS Baixa	ZILS Alta
2005	1	0	0	2
2006	7	0	4	8

Figura 7 | Número de Incumprimentos aos valores paramétricos

Em Março de 2006, com a entrada em funcionamento da Estação Elevatória do Moinho Novo, o subsistema de água potável sofreu alterações significativas. Esta nova instalação, construída em local estratégico, surge como um instrumento fundamental na optimização da exploração do aquífero, racionalizando a extracção da água para abastecimento público.
A nova estação elevatória, constituída por 2 desarenadores, 3 grupos electrobomba de eixo horizontal e de velocidade variável, um conjunto de tubagem e válvulas que permitem esquemas alternativos de funcionamento, foi concebida para trabalhar apenas, com os caudais de artesianismo provenientes das captações limítrofes. Com a referida modificação, registou-se uma apreciável redução nos custos de exploração, especialmente os energéticos.
Foram concluídas as obras de construção das captações AdSA 6 e AdSA 7, do piezómetro AdSA_p1, e deu-se início à construção da captação AdSA 8, tendo em vista a sustentabilidade do abastecimento à povoação de Brescos, reforçando a diversidade de opções para esta zona.
No âmbito do estudo do aquífero que a AdSA tem em curso com o apoio da Universidade de Évora, no sentido de se conhecerem as suas potencialidades, definir perímetros de protecção da captações subterrâneas, de monitorizar e controlar a qualidade da sua água, acautelando a eventual contaminação do mesmo, foram efectuados ensaios de caudal escalonados, dos quais se obtiveram resultados interessantes. Estes farão parte do relatório a apresentar na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo (CCDR-A), na sequência do pedido de concessão para a exploração das captações subterrâneas que a AdSA apresentou este ano, à referida entidade.
Foram ainda apreciados e fiscalizados diversos projectos e obras de expansão de infra-estruturas no Centro Urbano de Santo André e na Zona Industrial e Logística de Sines, em articulação com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a ApiParques, respectivamente.

Subsistema de Água Industrial

A actividade deste Sector tem origem no Rio Sado e compreende a captação, a adução, o tratamento, a armazenagem e a distribuição à Zona Industrial e Logística de Sines. A captação é feita em Ermidas Sado através de uma estação elevatória munida de seis electrobombas, sendo a adução feita até à albufeira da Barragem de Morgavel e, posteriormente, tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Morgavel. A água tratada é armazenada num reservatório situado dentro da ETA de Morgavel. Posteriormente, a água é transportada por uma conduta gravítica e armazenada em Monte Chãos, num reservatório com duas células. A distribuição à ZILS é feita a partir desse reservatório do Centro de Distribuição de Monte Chãos, utilizando uma rede própria.

Água Captada

Em 2006, foram bombeados os caudais indicados no gráfico seguinte.

Caudal bombado em Ermidas do Sado em 2006
(Milhares de m^3)

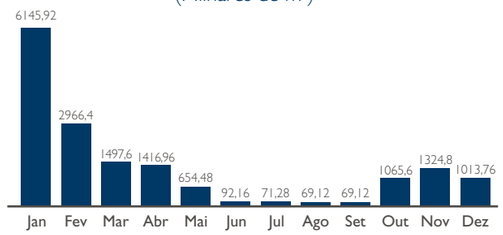


Figura 8 | Caudal Bombeado em Ermidas-Sado em 2006

Os elevados caudais bombeados em Janeiro e Fevereiro, justificam-se pela necessidade de repor o nível na albufeira de Morgavel devido ao fraco ano hidrológico verificado em 2004/2005.

Evolução dos caudais captados em Ermidas-Sado por ano civil
(caudal milhares de m^3)

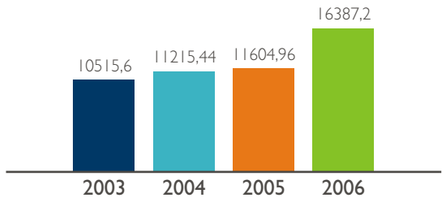


Figura 9 | Evolução dos Caudais captados em Ermidas-Sado por ano civil

A água captada é aduzida para a albufeira de Morgavel cuja evolução do volume está representada no gráfico seguinte:

Volume armazenado na albufeira de Morgavel
(10^6 de m^3)

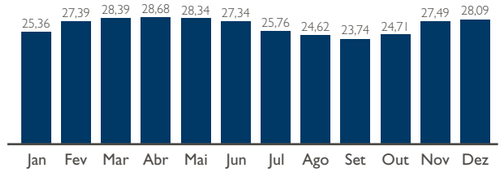


Figura 10 | Volume armazenado na albufeira de Morgavel

É de realçar o volume mínimo registado em Outubro de 2005 (16,6 milhões de m^3 que inclui 5 milhões de volume morto) e o esforço realizado, pela AdSA, para repor o volume em valores confortáveis para a exploração da albufeira de Morgavel.
Existe a possibilidade de ser construído um abastecimento directo de água bruta a partir da albufeira para uma empresa agrícola. Esta possibilidade já mereceu a provação das entidades competentes.

Água Produzida

Durante 2006 foram produzidos quase 10 milhões de m^3 o que representa um ligeiro decréscimo quando comparado com 2005.

Volume de água industrial produzida
(milhões de m^3)

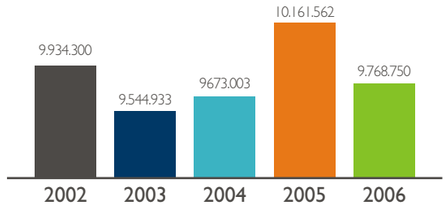


Figura 11 | Volume de Água industrial produzida

A razão deste decréscimo prende-se com o facto de um dos principais clientes (Repsol) ter efectuado uma paragem de cerca de um mês na sua unidade de produção.
As perdas verificadas na distribuição assumem os valores descritos a seguir:

	2002	2003	2004	2005	2006
Água Produzida na ETA	9.934.300	9.544.933	9673.003	10.161.562	9.768.750(*)
Transvase	-	-	-	134.130	51.772
Água Vendida (m3)	9.934.300	9.544.933	9673.003	10.155.669	9.604.532
Perdas (%)	1,3	1,2	1,6	1,4	2,2

(*) Valor estimado porque o caudalímetro de saída da ETA avariou na parte final do ano.

Figura 12 | Perdas Verificadas na distribuição

Durante o ano de 2006 verificaram-se apenas duas roturas. As perdas na captação de Ermidas Sado, na adução Sado/Morgavel e na albufeira não são aqui contabilizadas.

Subsistema de Água Residual

A AdSA recolhe, transporta e trata, água residual urbana, proveniente da cidade de Vila Nova de Santo André e zonas envolventes, e da cidade de Sines. A AdSA recolhe, também, a água residual industrial proveniente da ZILS.

Aspectos Quantitativos

Na figura 13 é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo Subsistema e tratados pelas ETAR de Santo André (desactivada desde Janeiro de 2004) e ETAR de Ribeira de Moínhos, desde 2002. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência. Os valores constantes nesta figura, são valores efectivamente medidos à entrada das ETAR, com excepção dos caudais de água residual do Município de Sines, que é determinado pela diferença relativamente ao total afluente à ETAR de Ribeira de Moínhos.
Da análise da figura 13 constata-se que o caudal descarregado pelos Utilizadores do Subsistema AR em 2006, aumentou cerca de 11% relativamente a 2005.

Tipologia Água Resid. (m³)	2002	2003	2004	2005	2006
Urb. ETAR St. André	675.184	634.577	0	0	0
Urb. ETAR Rib. Moinhos	525.530	821.030	1.778.386	1.525.450	1.758.572
Subtotal	1.200.714	1.455.607	1.778.386	1.525.450	1.758.572
Industrial	2.880.246	3.314.150	2.992.574	3.147.477	3.421.320
Total	4.080.960	4.769.757	4.770.960	4.672.927	5.179.892

Figura 13 | Análise de Caudais Drenados

No que respeita à componente urbana, verifica-se um aumento (15%) dos caudais relativamente a 2005. Este acréscimo poderá ser explicado pelo facto de em 2006 se ter registado maior pluviosidade e, em consequência, maior infiltração nas redes de drenagem, ainda que estas sejam separativas.
No que respeita à componente industrial, verificou-se um aumento de 9% relativamente a 2005, o que também poderá estar relacionado com a maior pluviosidade ocorrida em 2006.

Evolução dos caudais drenados
(Volume m³)

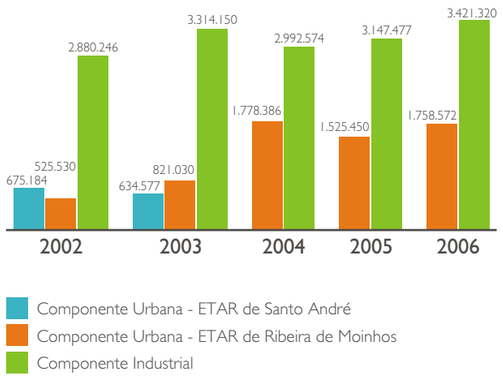


Figura 14 | Evolução dos Caudais Drenados

Aspectos Qualitativos

No âmbito do controlo de qualidade efectuado à água residual descarregada na rede de drenagem pelas indústrias da ZILS, foram realizadas, no total, 416 amostragens das quais resultaram 3237 análises a parâmetros físico-químicos. A amostragem é feita através de colhedores automáticos, sendo a colheita efectuada duas vezes por semana. A amostra é composta e as determinações analíticas efectuadas por laboratório acreditado.
A figura seguinte resulta da análise dos caudais por classe de 2006, podendo constatar-se que a maioria dos caudais recebidos e tratados se enquadrou na Classe II (46%), o que revela um esforço por parte dos principais clientes em melhorarem a sua eficácia de pré-tratamento.

Caudais por Classes de Qualidade em 2006 (%)

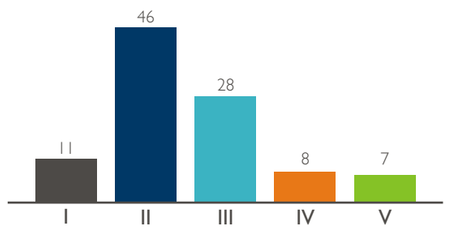
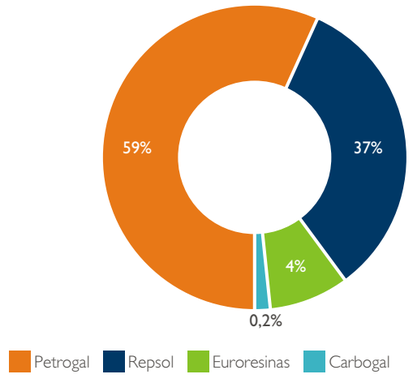


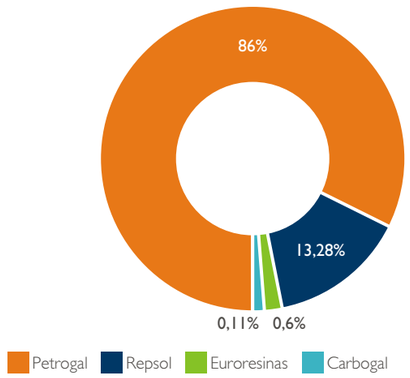
Figura 15 | Caudais por Classes

Através das figuras seguintes pode observar-se a contribuição dos principais clientes da ZILS para a carga poluente, tratada na ETAR de Ribeira de Moínhos.

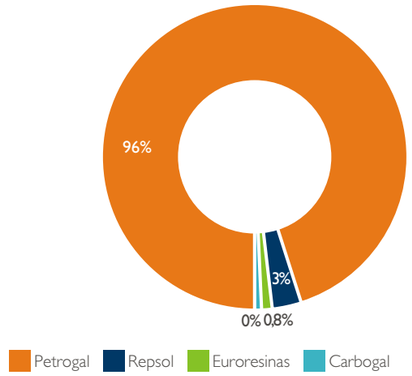
CQO - Contribuição por Indústrias



Óleos - Contribuição por Indústrias



Azoto Amoniacal - Contribuição por Indústrias



Azoto Total - Contribuição por Indústrias

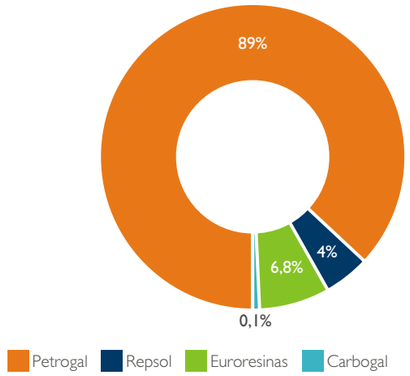


Figura 16 | Contribuição, por indústria, da carga poluente tratada

Da análise das figuras acima apresentadas, ressalta o facto de a Petrogal ser o utilizador do Subsistema de Água Residual que mais contribui para as cargas mássicas poluentes, afluentes à ETAR de Ribeira de Moínhos. Esta situação é motivada pelo facto de ser também a Petrogal quem mais contribui em termos de caudal (44%).

Controlo Analítico

No âmbito do controlo analítico acima referido foram efectuadas, em 2006, 84 amostragens das quais resultaram 921 análises, sendo que 82 correspondem a parâmetros microbiológicos e as restantes a parâmetros físico-químicos.
O Plano Analítico é da responsabilidade da AdSA, tendo sido as determinações analíticas executadas, por um laboratório certificado, o Laboratório Pró-Qualidade (LPQ).
Na figura seguinte é apresentada a média dos resultados analíticos obtidos à saída da ETAR de Ribeira de Moínhos, em 2006. Da análise desta ilustração, é possível verificar o incumprimento dos Valores Limite de Emissão estabelecidos no Alvará de Licença 035/DSGA/DDH/05, em 2 parâmetros: CQO e Azoto Total.

Efluente ETAR de Ribeira de Moinhos

	2005	2006
pH	7,9	7,8
SST	45,0	35,3
CQO	47,2	47,0
Óleos e gorduras	8,1	4,5
Óleos minerais	0,2	4,0
Fenóis	0,5	0,1
Sulfuretos	0,5	0,7
Det. Aniónicos	0,5	0,2
CBO5	59	74
Azoto Total	194	73
Fósforo Total	2,6	2,4
Nitratos	60,0	45,4
Coliformes	2.694.900,0	2.159.083,3

	VLE - Licença Descarga	Expressão de Resultados	Cargas mássicas removidas 2006 (ton/ano)
pH	6 - 9	Escala Sorensen	405,5
SST	60	mg/L	1.070,6
CQO	75	%	110,4
Óleos e gorduras	15	mg/L	24,5
Óleos minerais	15	mg/L	2,1
Fenóis	0,5	mg/L	9,4
Sulfuretos	1	mg/L	3,2
Det. Aniónicos	2	mg/L	332,0
CBO5	70	%	125,5
Azoto Total	15	mg N/L	-
Fósforo Total	10	mg P/L	-
Nitratos	50	mg NO3/L	-
Coliformes	-	Nº de Colónias	

Figura 17 | Concentrações médias à saída da ETAR e cargas mássicas removidas

A figura acima apresenta também as cargas poluentes removidas pela ETAR de Ribeira de Moínhos, sendo de destacar o parâmetro Carência Química de Oxigénio (CQO) do qual foram removidos em 2006, cerca de 1070 ton.
Em recurso à contra-ordenação aplicada pela IGAOT, a AdSA interpôs o Processo Judicial (nº 740/05.8 TBSTC), cuja sentença reconheceu que o emissário submarino representa um órgão de tratamento complementar à ETAR de Ribeira de Moinhos, sendo que a qualidade da água residual à saída desse órgão tem características melhoradas relativamente às acima apresentadas.
Relativamente ao tratamento da fase sólida, há a salientar o facto de o equipamento de desidratação ter estado inoperacional entre Janeiro e Agosto de 2006. Para suprir esta lacuna no tratamento das lamas, foi instalado em Agosto um novo equipamento de desidratação, o que permitiu a redução das lamas enviadas para o Aterro de Santo André.

Com o objectivo de dar cumprimento ao estipulado no Alvará de Licença 035/DSGA/DDH/05, a AdSA lançou o concurso para "Implementação do Plano de Monitorização da Envolvente do Emissário Submarino", que permitirá avaliar o efeito da descarga de água residual através do emissário, no meio receptor e, verificar o impacte do amoníaco (NH3), no meio receptor, cuja concentração à saída da ETAR está acima do valor limite definido pela legislação referida.

Subsistema de Resíduos Industriais

A actividade de recepção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), no Aterro de Santo André, encontra-se encerrada desde Abril de 2000, na sequência da abertura do aterro da Associação de Municípios do Litoral Alentejano (AMLA).
As actividades de recepção de Resíduos Sólidos Industriais (RSI) e de Lamas Oleosas, no Aterro de Santo André, também se encontram encerradas para clientes, desde Janeiro de 2005, uma vez que, na sequência da publicação do Decreto-Lei 152/2002, de 23 de Maio, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o procedimento para emissão de licença, instalação, exploração, encerramento e manutenção pós-encerramento de aterros destinados à deposição de resíduos e que procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 1999/31/CE, o Aterro de Santo André deixou de cumprir as imposições legais.
Actualmente, o Aterro de Santo André funciona, apenas, como destino final para os gradados/areias produzidos na ETAR de Ribeira de Moinhos e como depósito temporário para as lamas produzidas na ETAR de Ribeira de Moinhos e para as recebidas das indústrias até ao final de 2004, até ao seu encaminhamento para destino final.

Na figura 18 é possível analisar a evolução das quantidades de resíduos recebidos no Aterro de Santo André.

Lamas (ton)

Proveniência	2002	2003	2004	2005	2006
ETAR de Rib. Moinhos	4.161,00	5.396,90	6.273,70	5.404,94	9.023,68
Indústrias	2.931,10	3.889,80	3.545,70	0,00	0,00

Resíduos Sólidos Industriais (ton)

Proveniência	2002	2003	2004	2005	2006
ETAR de Rib. Moinhos	0,00	0,00	7,73	21,83	25,86
ETA Morgavel	0,00	0,00	466,45	996,59	0,00
Indústrias	1.897,55	430,99	265,03	0,00	0,00

Figura 18 | Evolução das quantidades de Resíduos recebidos no Aterro de Santo André

As quantidades de RSI e de lamas depositadas no aterro apresentaram variações ao longo dos anos, situação que pode ser observada nas figuras 19 e 20.

Quantidade de Lamas recebidas no Aterro de Santo André (ton)

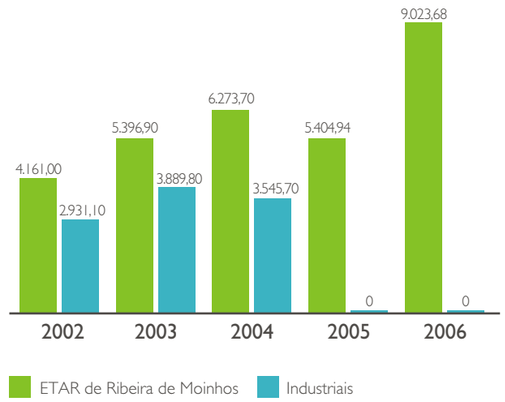


Figura 19 | Quantidade de Lamas recebidas no Aterro de Santo André

Quantidade de RSI recebidos no Aterro de Santo André (ton)

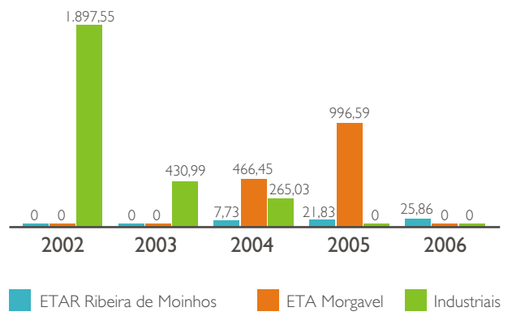


Figura 20 | Quantidade de RSI recebidos no Aterro de Santo André

Apesar, e como já referido anteriormente, da actividade de recepção de resíduos, produzidos por entidades exteriores, se encontrar suspensa desde Janeiro de 2005, é de salientar que a AdSA, e uma vez que continua a depositar no aterro os resíduos produzidos na ETAR de Ribeira de Moinhos, na qualidade de entidade exploradora, tem promovido o controlo e monitorização ambiental do Aterro de Santo André.
O controlo e monitorização ambiental do aterro passam pelo controlo da qualidade dos lixiviados produzidos pelos RSU e RSI depositados, bem como pelo controlo da qualidade do sobrenadante produzido nas bacias de lamas oleosas. É também promovido o controlo do nível piezométrico e da qualidade das águas subterrâneas, que é efectuado através de campanhas analíticas, promovidas pelo INAG, realizadas aos oito piezómetros existentes na envolvente do Aterro de Santo André.
Os resultados analíticos revelaram que não existe qualquer indício de contaminação e que não existe variação sazonal significativa na altura de água existente nos oito piezómetros.
Com a finalidade de regularizar a actual situação do Aterro de Santo André, através do reinício da actividade de recepção e confinamento de Resíduos Industriais Banais (RIB), bem como da implementação de sistemas de monitorização que permitam a manutenção e controlo das zonas já encerradas, nomeadamente os alvéolos de RSU e RSI, foram desenvolvidos, no ano de 2006, projectos e acções, dos quais se destacam:

- Elaboração, em conjunto com a EGF, de um Caderno de Encargos, que serviu de base ao lançamento, em Outubro de 2006, do Concurso Público Internacional para "Valorização das Lamas Industriais Depositadas/Confinadas em Bacias Próprias no Aterro de Santo André", com o objectivo da resolução de um passivo ambiental existente à data da constituição da AdSA;
- Solicitação à EGF para a elaboração dos projectos de recuperação do Aterro de Santo André, nomeadamente os projectos de Selagem, Recuperação e Requalificação Ambiental do Aterro de RSU e do Aterro de RSI e o projecto de Construção de Alvéolos para Deposição de RIB no Aterro de Santo André;
- Entrega dos projectos de recuperação do Aterro de Santo André à entidade competente, o Instituto dos Resíduos, para apreciação e aprovação, com o intuito de posteriormente serem lançados os Concursos Públicos para a execução dos projectos mencionados;
- Início da elaboração, em conjunto com a EGF, do pedido de Licença de Instalação e de Licença Ambiental para o Aterro de Santo André, para posterior entrega na entidade competente, o Instituto dos Resíduos.

Cardo-marítimo - *Eryngium maritimum*

Missão e Posicionamento Estratégico

Missão

A Águas de Santo André, S.A (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável e industrial, de recolha e tratamento e rejeição de efluentes urbanos e industriais e de recolha, tratamento e destino final de resíduos industriais de Santo André.

Esta empresa foi constituída com um capital social de € 500.000, integralmente realizado, e detido a 100% por Águas de Portugal, SGPS, S.A..

O Contrato de Concessão foi assinado em 27 de Dezembro de 2001, em regime de concessão exclusiva por 30 anos, para exploração e gestão do Sistema de Abastecimento de Água, de Saneamento e de Resíduos Sólidos de Santo André, adiante designado por Sistema de Santo André, que serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os Municípios de Sines e de Santiago do Cacém.

A Missão da AdSA é a seguinte:

"Gerir e explorar o Sistema de Santo André, de forma a assegurar o abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento dos efluentes urbanos das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, efluentes e resíduos industriais."

Visão

A AdSA pretende vir a ser reconhecida como a empresa de referência, nas questões ambientais relacionadas com o abastecimento de água e o tratamento de efluentes à população doméstica e actividades industriais e a recolha e processamento de resíduos industriais da ZILS, potenciando, dentro das suas competências, a instalação e operação de novas unidades industriais.

Para tal, deve:

- Contribuir para a utilização racional dos recursos ambientais da região, nomeadamente o recurso água, em todo o seu ciclo, constituindo assim um factor de desenvolvimento sustentável ao nível regional, e uma vantagem competitiva para o desenvolvimento do tecido industrial local, no quadro da economia nacional;
- Optimizar o Sistema de Santo André e desenvolver a sua área de intervenção, numa óptica regional e de economia de escala, envolvendo outros Municípios e parceiros com interesse estratégico;
- Prestar um contributo significativo para a qualidade de vida da população abrangida, assegurando as suas necessidades básicas em termos de abastecimento de água potável e tratamento de efluentes e garantindo a utilização sustentada dos recursos naturais e a preservação dos valores ambientais.

Valores

No desempenho da sua missão e procurando alcançar os objectivos estratégicos a que se propôs, a AdSA, na sua actuação e relacionamento com a sociedade envolvente, clientes e parceiros institucionais, valoriza acima de tudo:

- O cumprimento das suas obrigações contratuais;
- A satisfação dos seus clientes e fornecedores;
- O bem-estar dos seus colaboradores, físico, económico e social;
- A transparência das suas decisões;
- A qualidade das suas actividades e a sua evidência;
- A colaboração com entidades dos meios académicos, sociais, culturais e outras com o intuito de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do sector e o bem-estar da sociedade.

Objectivos Estratégicos

O plano de actividades futuras da Empresa pode enquadrar-se, genericamente, em três grandes grupos de objectivos estratégicos abrangendo as áreas:Organização e Desempenho da Empresa;

- Relacionamento com os Clientes e Parceiros Institucionais, actuais e potenciais;
- Infra-estruturas e Meios de Produção.

Assim, foram definidos os principais objectivos, sem que isso limite a inclusão de outros que possam vir a ser identificados, seja por imperativos legais, estratégicos ou institucionais.

Organização e Desempenho da Empresa

- Regularização da situação da titularidade dos bens afectos à Concessão, de acordo com o Decreto-Lei 171/2001, de 25 de Maio, bem como dos direitos de servidão e expropriação decorrentes da construção e implantação das infra-estruturas integradas no Sistema;
- Conclusão do processo de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) nas áreas da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social;
- Melhoria do processo de Contabilidade Analítica, com separação pelas seis áreas de negócio (Água Potável "em Alta", Água Potável "em Baixa", Água Industrial, Água Residual Urbana, Água Residual Industrial e Salina e Resíduos Industriais) de forma a permitir a análise e informação detalhada mais célere;
- Implementação e/ou melhoria dos sistemas informáticos de gestão de clientes, de gestão de activos e de telegestão de forma a assegurar a resposta às necessidades da Empresa no que concerne àquelas áreas da actividade;
- Intensificação da participação dos colaboradores em acções de formação, tanto nas suas áreas de trabalho como nas relacionadas com a implementação do SGI.

Relacionamento com os Clientes e Parceiros Institucionais, actuais e potenciais

- Promover acções de comunicação institucional, quer com os actuais clientes, sobretudo Municípios e clientes da zona logística de Sines, quer com outros Municípios, potenciais clientes com o objectivo de, a médio prazo, a AdSA poder aproveitar melhor as capacidades instaladas, tanto de abastecimento de água como de tratamento de efluentes que, actualmente, estão subaproveitadas;
- Agilizar o relacionamento institucional com as entidades reguladoras, coordenadoras e fiscalizadoras das actividades da Empresa de forma a garantir o cumprimento das obrigações definidas pelo Contrato de Concessão dentro do total respeito pela legislação em vigor e máxima rentabilidade dos recursos financeiros e humanos ao seu dispor.

Infra-estruturas e Meios de Produção

- Melhoria do actual sistema de telegestão e televigilância dos sistemas de abastecimento, estendo-o às captações e outras infra-estruturas consideradas críticas, quer em termos de operação quer de segurança e implementação de um sistema de telegestão e televigilância no sistema de tratamento de águas residuais;
- Conclusão dos processos de licenciamento das origens de água superficial e água subterrânea, ao abrigo do Contrato de Concessão e implementação de um plano de monitorização do aquífero explorado pela AdSA;
- Desenvolvimento de estudos técnicos para a adaptação e melhoria do funcionamento do sistema de tratamento da ETAR de Ribeira de Moinhos às condições da licença de descarga e garantia de capacidade de tratamento dos efluentes oriundos da ampliação das unidades petroquímicas em construção na ZILS;
- Implementação de um sistema de monitorização e controlo ambiental do meio receptor, na envolvente da descarga do emissário submarino da ETAR;
- Resolução do passivo ambiental do Aterro de Santo André, com a selagem das áreas de deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU) e resíduos industriais banais (RIB) e eliminação das lamas oleosas e conclusão do respectivo processo de licenciamento ambiental, a fim de poder reiniciar a actividade de recepção e processamento/acondicionamento dos RSI's, conforme previsto no Contrato de Concessão;
- Reequacionamento da capacidade de produção de água, instalada versus necessária. Caso não se concretizem as expectativas de alargamento do Sistema a outros Municípios da região, com o consequente aumento da venda de água, o sobredimensionamento da ETA de Morgavel, com os sobre-custos associados à amortização do investimento e manutenção das instalações, continuarão a pesar, inutilmente, e a afectar, negativamente, os resultados da Empresa.

Desafios Futuros

No final de 2006 chegou ao seu termo o período de programação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período 2000-2006 (PEAASAR). Este plano estratégico desempenhou um papel essencial na estruturação de todo o sector de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas em Portugal, e na definição das prioridades relativas à utilização dos fundos comunitários no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, de que foram beneficiárias as concessionárias de sistemas Multimunicipais.

Subsistindo, apesar dos progressos muito significativos que foram alcançados, problemas por resolver no sector, e estando em preparação um novo ciclo de fundos comunitários relativo ao período 2007-2013, consubstanciado no QREN, impunha-se a actualização daquela estratégia. Neste sentido, o Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional determinou, com o seu Despacho n.º 19 213/2005, de 10 de Agosto, a elaboração de um novo PEAASAR, agora para o período de programação dos fundos comunitários do QREN.

A Estratégia que ficou definida para o período 2007-2013, aprovado pelo Despacho 2339/2007, de 28 de Dezembro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro, assenta no pressuposto de que o preço justo da água deve cobrir os custos do serviço, através de tarifas socialmente aceitáveis e escalonadas de forma a contribuir para o seu uso eficiente e para a protecção do ambiente, como forma de garantir a sustentabilidade do sector. A Estratégia parte de duas condicionantes, designadamente a necessidade de compatibilizar as tarifas com as condições socio-económicas das populações e de concluir os investimentos necessários para se atingirem níveis de atendimento com a qualidade exigida e para que se cumpram as obrigações decorrentes da legislação e das boas práticas ambientais.

Este novo PEAASAR define objectivos e propõe medidas de optimização de gestão nas vertentes em "alta" e em "baixa" e de optimização do desempenho ambiental do sector, e clarifica o papel da iniciativa privada. Visa ainda racionalização dos custos a suportar pelas populações e estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária.

São definidos grandes objectivos estratégicos e as respectivas orientações que devem enquadrar os objectivos operacionais e as medidas a desenvolver no período 2007-2013, designadamente, a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do sector e a protecção dos valores ambientais.

A Estratégia define objectivos operacionais, nomeadamente servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água e servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida. Pretende-se ainda que seja garantida a recuperação integral dos custos dos serviços, contribuindo para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local.

Para a consecução destes objectivos prevê-se a adopção de um conjunto de medidas, de que se destacam a realização dos investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas em "alta" e à continuação da infra-estruturação da vertente em "baixa", com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes, a revisão do enquadramento legal e regulatório, a integração territorial e funcional de sistemas Multimunicipais vizinhos e a integração territorial das "baixas".

A Estratégia aposta ainda na implementação das disposições da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei-Quadro da Água, directamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e a prevenção da poluição.

Os investimentos a realizar em sistemas Multimunicipais e intermunicipais, que serão objecto de financiamento no período, são estimados na ordem dos 1 600 milhões de euros, dos quais 700 milhões elegíveis aos apoios do QREN. Na vertente em "baixa", a estimativa dos investimentos prioritários, a realizar no período 2007-2013, é da ordem dos 2 200 milhões de euros, dos quais 1 400 milhões elegíveis.

São estabelecidas orientações e fixados objectivos de protecção de valores ambientais no contexto da actividade do sector, com particular destaque para as boas práticas ambientais e para a gestão integrada dos recursos hídricos, o uso eficiente da água, a gestão das águas pluviais numa perspectiva ambiental, a gestão das lamas produzidas nas ETA e nas ETAR, a problemática do tratamento de efluentes industriais, com particular destaque para os efluentes agro-industriais, a eco-eficiência energética, a gestão patrimonial de infra-estruturas, as exigências ambientais a nível da contratação e a monitorização ambiental.

A Estratégia aposta decisivamente num envolvimento significativo do sector privado, tanto a nível da gestão como financeiro, sem prejuízo do papel estratégico reservado às empresas concessionárias de sistemas Multimunicipais do grupo AdP, SGPS, S.A., enquanto instrumentos das políticas públicas para o sector, e clarifica os domínios e formas da sua intervenção, ao mesmo tempo que define medidas visando aumentar a concorrência e tornar o processo de participação mais competitivo e transparente.

Raposa - *Vulpes vulpes*

A - Governo da Sociedade

Lagosta - *Palinurus elephas*

A Governo da Sociedade

1. Estrutura Organizacional

Para o correcto exercício das suas funções, a AdSA Águas de Santo André, S.A. dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão. Estes órgãos de apresentam a seguinte afectação:

Figura 21 | Organograma/Estrutura Organizacional

a) Secretariado e Expediente Geral

O gabinete SEG tem como principal missão apoiar os trabalhos decorrentes da actividade da Administração e garantir a boa gestão da correspondência.

b) Sistema de Gestão Integrado

O Objectivo do SGI consiste em coordenar a aplicação do princípio da melhoria contínua através da análise e tratamento de dados, realização de auditorias internas e dinamização de acções correctivas e preventivas.
Para Atingir esse objectivo, o SGI tem que assegurar que os Processos e Requisitos do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social são adequadamente identificados, implementados e

mantidos, em conformidade com o referencial normativo:
NP EN ISO 9001:2000 Gestão da Qualidade
NP EN ISO 14001: 2004 Gestão Ambiental
NP 4397:2001 Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho
SA 8000:2001 Gestão da Responsabilidade Social.

c) Comunicação e Imagem

É o órgão responsável pelo desenvolvimento e concepção do Plano de Comunicação Regional, de o colocar em prática, e a respectiva ligação com o Grupo.

d) Segurança e Higiene no Trabalho

O Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho (SSHT) da AdSA, tem como objectivo a dinamização dos aspectos da Segurança e Higiene em todas as actividades da Empresa, visando a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores. Trata-se de um serviço transversal que, necessariamente, envolverá todos os trabalhadores da AdSA, pretendendo-se que progressivamente integrem uma cultura de segurança no desenvolver das suas actividades diárias.
Este Serviço foi criado ao abrigo do Art. 219.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho (Regulamentação do Código do Trabalho), enquanto modalidade de Serviços Internos para a organização dos serviços de Segurança e Higiene do Trabalho, sendo a componente de Medicina do Trabalho assegurada por um serviço externo em articulação com o SSHT e o Departamento de Recursos Humanos.

e) Informática e Comunicações

Assegurar o bom funcionamento do parque informático, apoio help desk a utilizadores e garantir as vias de Comunicação de Dados, Voz e Imagem nas Águas de Santo André.

f) Direcção Financeira e Comercial

1. Departamento Financeiro e Contabilidade

Visa quantificar todos os factos que ocorrem na empresa através da sua análise, registo e interpretação fornecendo simultaneamente, dados para a tomada de decisões da Gestão, tendo em conta todos os requisitos e critérios legais e fiscais em vigor.

2. Departamento de Compras e Logística

É o departamento responsável pela colocação dos bens e serviços no local e no momento desejado, integrados com as actividades de transportes, stocks, armazenagem e movimentação de materiais e ainda pelo aumento dos níveis de satisfação dos clientes e dos serviços utilizadores.

3. Departamento Comercial

Este departamento estabelece o interface da Empresa com o Cliente externo, garantindo a sustentabilidade do negócio e a satisfação das necessidades e expectativas do Cliente, primando pela qualidade e tendo em vista o alcance do objectivo último da organização, o lucro proveniente da venda.

4. Departamento de Recursos Humanos

É o departamento responsável pelo planeamento, na organização, no desenvolvimento, na coordenação e no controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal. Este órgão procura criar, manter e desenvolver um contingente de recursos humanos com competência e motivação para realizar os objectivos da AdSA; criar, manter e desenvolver condições organizacionais de aplicação, desenvolvimento e satisfação plena dos recursos humanos, e alcance dos objectivos individuais; e alcançar eficácia e eficiência através dos recursos humanos disponíveis.

g) Direcção Exploração

1. Departamento de Água Potável

O Departamento de Água Potável tem como objectivo assegurar o abastecimento de água para consumo humano em quantidade, continuidade e qualidade, promovendo a eficiente gestão dos recursos hídricos subterrâneos, optimizando a exploração do subsistema, quer ao nível económico, infraestrutural, e recursos humanos, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e fomentando, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

2. Departamento de Água Industrial

O Departamento de Água Industrial tem como objectivo captar, tratar, armazenar e distribuir, em quantidade e qualidade, a água para abastecimento àss indústrias instaladas na Zona Industrial de Sines. A área de influência deste Departamento, é geograficamente vasta e as actividades de exploração são asseguradas por uma equipa que cumpre as boas normas de funcionamento de instalações e equipamentos, salvaguardando a segurança de pessoas e do meio ambiente.

3. Departamento de Águas Residual

O Departamento de Água Residual tem como objectivo desenvolver a actividade de recolha, tratamento e rejeição de água residual proveniente da área de intervenção da AdSA, através do planeamento e gestão dos recursos à sua responsabilidade, assegurando o cumprimento dos objectivos da Direcção de Exploração, bem como a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, garantindo, assim, uma exploração rentável da actividade, num quadro de sustentabilidade ambiental, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e promovendo, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

4. Departamento de Resíduos

O Departamento de Resíduos tem como missão desenvolver a actividade de recepção e confinamento dos resíduos da sua área de influência, através do planeamento e gestão dos recursos à sua responsabilidade, assegurando o cumprimento dos objectivos da Direcção de Exploração, bem como a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, garantindo, assim, uma exploração rentável da actividade, num quadro de sustentabilidade ambiental, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e promovendo, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

5. Departamento de Telegestão

Manutenção e desenvolvimento de equipamento e software a adequação das necessidades identificadas pelos principais utilizadores (Exploração e Comercial).

h) Direcção de Engenharia

1. Departamento de Projectos e Obras

Este Departamento tem por objectivo conceber e executar as infra-estruturas necessárias ao bom desempenho da missão da empresa no seu todo.
Para esse efeito, deverão ser identificadas as verdadeiras necessidades, de modo a executar as melhores soluções, equilibradas tanto do ponto de vista técnico, como dos custos envolvidos, respeitando sempre as orientações da Administração, e tendo em conta as recomendações do Departamento de Exploração, as conveniências da empresa e o cumprimento das Normas de Segurança e Saúde respeitantes aos trabalhos a realizar.

2. Departamento de Manutenção

Ao controlar com rigor todos serviços e actividades desenvolvidos, o Departamento de Manutenção, optimiza os recursos e meios disponíveis, de forma a manter os equipamentos que constituem os sistemas da AdSA com fiabilidade e disponibilidade adequadas, e potencia um elevado nível de "Produção/Exploração", com custos controlados.
Todas intervenções de manutenção são desenvolvidas sob as melhores regras e recomendações de Segurança, Qualidade e Ambiente.
São privilegiadas as operações e/ou actividades que visam a prevenção, para as intervenções de carácter curativo serem reduzidas ao mínimo.

3. Departamento de Sistemas de Informação Geográfica

O S.I.G. tem como objectivo permitir visualizar espacialmente os diversos componentes dos sistemas, integrando a informação alfanumérica relativa aos seus atributos, analisar e correlacionar os diversos dados e apoiar os processos de tomada de decisões, tanto nos planos técnico-operacional como estratégico;
Pretende-se que possa servir de plataforma privilegiada de comunicação e informação com entidades exteriores no âmbito da tutela (Concedente e accionista) da coordenação da gestão de infra-estruturas e do espaço público (Municípios, promotores, operadores de serviços públicos e de segurança/protecção civil/saúde pública) e, ainda, de âmbito comunitário (clientes, estabelecimentos de ensino e público em geral).

2. Relação com Stakeholders

A Águas de Santo André cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders, nomeadamente, accionistas, Governo, entidades reguladoras, parceiros, utilizadores e instituições financeiras. A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade. Assim, enquanto a Gestão Financeira monitora, nomeadamente, os riscos cambiais e de taxa de juro, a Gestão de Sistemas e Processos é responsável pela manutenção de políticas de controlo adequadas relativas à gestão das tecnologias de informação, controlos de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas.

3. Regras Societárias

3.1 Código de Conduta

De acordo com o Contrato de Sociedade da AdSA - Águas de Santo André, S.A., as Assembleias Gerais são convocadas pelos meios previstos na lei. No Contrato de Sociedade não existem quaisquer limitações ao exercício do direito de voto, sendo que a cada duzentas acções corresponde um voto. Para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar, em primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital.

Os Regulamentos Internos aprovados pelo Conselho de Administração estabelecem os princípios, regras e condutas a adoptar no desenvolvimento da actividade da AdSA, de forma a permitir uma uniformização e melhor racionalização de procedimentos.

Existe um conjunto de Manuais de Referência, designadamente, o Manual de Compromissos do Sistema de Gestão Integrado, o Manual de Funções, actualmente em elaboração, estando igualmente prevista a elaboração de um Manual de Acolhimento a distribuir aos novos colaboradores.

3.2 Controlo de Risco

A Águas de Santo André, S.A., encontra-se exposta a um conjunto de riscos, que resultam da sua actividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar o conjunto dos seus activos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações), e deste modo por em risco, os objectivos estratégicos da AdSA.

Neste contexto, a função de Auditoria Interna e Controlo de Risco tem como principais objectivos a identificação dos riscos associados aos principais processos de negócio do Grupo e dos respectivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte, bem como a realização de testes de conformidade de modo a garantir e avaliar a eficácia desses controlos.
No âmbito do esforço continuado de adopção das melhores práticas de mercado, o órgão de staff Auditoria Interna e Controlo de Risco deu continuidade ao processo de certificação internacional em auditoria interna concedida pelo Institute of Internal Auditors, sendo que, todos os seus colaboradores se apresentavam com a respectiva certificação profissional CIA (Certified Internal Auditor).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco desenvolveu diversos trabalhos de análise e acompanhamento respeitantes às actividades primeiras do objecto social do Grupo AdP, designadamente nas áreas de Abastecimento de Água, Tratamento de Águas Residuais e Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos. Foram ainda desenvolvidas outras acções de acompanhamento de projectos corporativos, de que se destaca a revisão do nível de controlo no âmbito do projecto de definição de perfis de autorizações do sistema SAP o sistema ERP (Enterprise Resource Planning) utilizado pelo Grupo. Também o funcionamento da AdP Serviços, cujos principais objectivos são proporcionar ao Grupo os serviços de suporte comuns e necessários para o funcionamento das Unidades de Negócio e empresas participadas, está enquadrado nas políticas de gestão e controlo de risco globalmente definidas para o Grupo. Estes serviços têm como objectivos minimizar os riscos decorrentes da aquisição de novas empresas, uniformizar procedimentos, concentrar competências e atribuições e tornar mais eficientes as acções de controlo e acompanhamento dos serviços partilhados.
Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efectuados nas diferentes áreas de negócio, e pela realização de estudos prévios à sua concretização, nomeadamente no que respeita à definição da política de preços. A existência da função Jurídico-Legal garante a manutenção dos interesses do Grupo e a definição clara das responsabilidades de entidades terceiras.

A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade. Assim, enquanto a Gestão Financeira monitora, nomeadamente, os riscos cambiais e de taxa de juro, a Gestão de Sistemas e Processos é responsável pela manutenção de políticas de controlo adequadas relativas à gestão das tecnologias de informação, controlos de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas.

3.2.1 Risco Operacional

A Empresa opera em quatro áreas de negócios: (1) Água Potável; (2) Água Industrial; (3) Recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e industriais; (4) Processamento de resíduos industriais, encontrando-se maioritariamente dependente da venda de água industrial. A dependência surge acrescida pelo facto dos principais negócios estarem concentrados em 3 empresas Repsol, Petrogal e EDP, que representam mais de 95% do negócio de água Industrial.
Acresce que, apesar do Contrato de Concessão referir que a Empresa tem a exclusividade do abastecimento aos utilizadores do Sistema, tal não se verifica
Desta forma, o equilíbrio económico-financeiro pode ser posto em causa se algum dos clientes adoptar processos produtivos que dispensem ou reduzam significativamente o fornecimento ou os serviços da Empresa.

3.2.2 Risco Financeiro

Nos termos do disposto na alínea c do n.º 1, da clausula 7 do contrato de concessão, compete ao Concedente, através do INAG, a realização das infra estruturas, obras e equipamentos necessários para completar e reabilitar o sistema objecto da concessão, no valor global de cerca de 39 milhões de euros, a executar no período de 2002 a 2005 (anexo 1.3 do CC).
Contudo, de acordo com informações prestadas pelo INAG, os seus orçamentos não contemplam as verbas necessárias para fazer face aos investimentos referidos no Contrato de Concessão como sendo da responsabilidade do Concedente, pelo que, a totalidade das obras de ampliação e reabilitação do Sistema terá de ser executada com recurso a financiamento próprio.
Desta forma existem perspectivas de aumento da despesas decorrentes da Empresa ter de assumir financeiramente, obras inadiáveis, contempladas no contrato de concessão e da responsabilidade do Concedente, para além de possíveis reduções de receitas na área de recolha e tratamento de efluentes industriais, visto que, com a execução de medidas de pré-tratamento dos efluentes, entretanto adoptadas por alguns clientes, se verificou um acentuado decréscimo dos valores a facturar dado que os clientes passaram a estar enquadrados em classes tarifárias menos onerosas.

3.2.3 Risco Regulatório

Como prestadores de um serviço público a Águas de Santo André, S.A., opera num ambiente altamente regulado. O regulador IRAR (Instituto Regulador de Águas e Resíduos) mandatado pelo Governo regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos nossos serviços. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos nossos serviços e, o nosso próprio interesse, em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos accionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no nosso cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

4. Órgãos de Administração

4.1 Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.
O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.
Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.
Nos termos do artigo 13.º do Contrato de Sociedade, ao Conselho de Administração compete:

a) Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da empresa;
b) Aprovar os planos de actividade financeiros anuais, bem como as alterações que se revelem necessárias;
c) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
d) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
e) Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
f) Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
g) Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e suas remunerações;
h) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral da AdSA, que teve lugar no dia 18 de Novembro de 2004, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o triénio 2005/2007, tendo passado o Conselho de Administração a ser composto por três membros (dois membros, a partir de Abril de 2006, estando um membro por nomear) e a ter a seguinte composição:

Presidente: Eng.º Ângelo Paulo Garcia Gromicho
Administrador Delegado: Eng.º António Manuel Gravata Filipe

2º Vogal: a nomear

4.2 Fiscalização

Nos termos do n.º 1 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da actividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.
Para o mandato de 2005/2007, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral de dia 18 de Novembro de 2004, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

4.3 Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 9º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre accionistas ou outras pessoas.
A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

5. Remunerações

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 8º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.
Na Assembleia Geral de 18 de Outubro de 2005 foi eleita a Comissão de Vencimentos composta por um Presidente, um Vice Presidente e um Secretário. Não tendo até à data reunido a Comissão de Vencimentos, mantêm-se inalteradas as remunerações fixadas em 24 de Junho de 2004.
O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi o seguinte:

	Remuneração Anual
Mesa da Assembleia Geral:	
- Presidente	289,10
- Vice-Presidente	0,00
- Secretário	192,80
Sub-total	**481,90**
Fiscal único:	
- Pricewaterhouse Coopers	13.150,00
Sub-total	**34257,51**
Conselho de Administração:	
- Presidente do Conselho de Administração	17.990,00
- Administrador executivo I *	87.220,47
- Vogais	4061,81
- Vogais não executivos II	11.412,92
Sub-total	**120.685,20**
Total Geral	**155.424,61**

* Inclui componente variável

Figura 22 | Total de Remunerações dos Órgãos Sociais

Andorinha - *Hirundo rustica*

B - Actividade da Empresa

Cardo-marítimo - *Eryngium maritimum*

B Actividade da Empresa

1. Introdução

Decorrente da Missão definida para a AdSA e da Visão Estratégica da Administração, esta estabeleceu a seguinte Política de Gestão Integrada, como um conjunto de grandes objectivos, coerentes e interactivos, contribuindo para a prossecução da Missão:

- Assegurar a satisfação das necessidades de todos os clientes e em todas as vertentes da actividade da Empresa, numa perspectiva de melhoria contínua;
- Abastecimento de água para consumo humano sem falhas, nas quantidades solicitadas e com a qualidade exigida pela legislação em vigor, tanto "em baixa", fornecida directamente à população, como "em alta", fornecida às Câmaras Municipais;
- Abastecimento de água industrial sem interrupções, de forma a assegurar a laboração normal das empresas industriais da região;
- Tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e industriais de acordo com a legislação vigente e dentro dos parâmetros impostos pela Licença de Descarga aprovada;
- Recepção, em aterro, dos resíduos industriais produzidos pelas empresas da região promovendo a sua valorização e/ou armazenagem.

Todas e cada uma destas actividades principais da Empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo Ambiente e pela qualidade de vida das populações actuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- Promover acções de melhoria contínua da actividade, em todas as áreas de intervenção da Empresa, a fim de assegurar que a Águas de Santo André seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de actividade e influência, e promover o bem estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspectos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- Responder às exigências dos accionistas da Empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Concessão, quer pelo melhor desempenho das competências actuais quer pela expansão geográfica e procura de novos mercados.

2. Enquadramento macro económico

2.1 Geral

Em 2006, a economia mundial terá crescido 5,1% (4,9% em 2005), segundo as previsões do FMI Fundo Monetário Internacional. Este crescimento é tanto mais significativo, tendo em conta que no ano transacto se tinha verificado um decréscimo do crescimento económico mundial. Mais uma vez a economia asiática lidera este crescimento, com a China no primeiro lugar, com os indicadores a preverem subidas de 10% em 2006. Paralelamente os chamados "países pobres" (de baixo rendimento) apresentam igualmente crescimentos impressionantes. O crescimento foi particularmente forte no primeiro trimestre de 2006 nos Estados Unidos, embora tenha arrefecido no resto do ano. Na União Europeia o crescimento foi mais lento, bem como no Japão. A economia Norte Americana prevê-se que cresça 3,1% em 2006, contra os 2,8% da União Europeia (2,4% na Zona Euro).

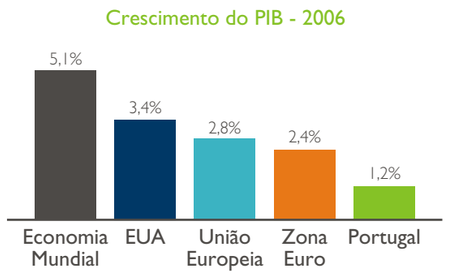


Figura 23 | Crescimento do PIB 2006

Ao mesmo tempo, em alguns países existem evidentes sinais de pressão inflacionária, que mesmo tendo em conta o crescimento económico, absorveram parte da sua performance. Esta pressão inflacionária foi sobretudo causada pela subida dos preços do petróleo, que atingiu novos máximos neste ano, sobretudo devido ás tenções regionais do médio oriente e dos riscos associados a outros grande produtores regionais (particularmente na Nigéria). É previsível que os preços do petróleo se mantenham elevados num futuro próximo.

A maioria dos bancos centrais têm respondido com activas politicas monetárias. A reserva federal Norte Americana tem aumentado continuamente as suas taxas de juro, o mesmo acontecendo com o Banco Central Europeu. No Japão, em Julho, terminou a política de taxa de juro zero. O Euro tem mantido uma tendência de valorização face ao

Dólar, o mesmo acontecendo face ao Iene, mas numa escala inferior.

Evolução do preço do petróleo 2004 - 2006

Figura 24 | Evolução do preço do petróleo 2004 - 2006

As economias mais desenvolvidas deparam-se com grandes desafios para o futuro. A subida das taxas de juro deverá manter-se de modo a controlar a subida da inflação. A consolidação das contas públicas de muitos países volta a ser um desafio, particularmente tendo em conta o envelhecimento da população.

2.2 União Europeia

De acordo com as projecções macroeconómicas (Eurosistema) o crescimento do PIB, em média anual, deverá situar-se entre 2,5% e 2,9% em 2006. A actividade económica deverá continuar a beneficiar do dinamismo das exportações, em face do crescimento robusto da procura externa. O crescimento da procura interna deverá manter-se estável e robusto, apesar dos efeitos temporários resultantes dos aumentos nos impostos indirectos no início de 2007. As previsões mais recentes da OCDE apontam para um crescimento médio anual do PIB na área do euro de 2.6% em 2006.

A inflação na área do euro aumentou de 1,6% para 1,9% em Novembro. Este aumento reflectiu essencialmente a aceleração do preço dos bens energéticos (cuja variação homóloga aumentou de -0.5% para 2.1%), devido a um efeito de base da forte queda ocorrida no preço desta componente em Novembro de 2005. Segundo as projecções mais recentes (Eurosistema), a inflação média anual no conjunto da área do euro deverá situar-se entre 2.1% e 2.3% em 2006. Ao longo do horizonte de projecção assume-se que o contributo elevado resultante do aumento dos preços da energia e de outras matérias-primas nos anos anteriores seja cada vez menor. As projecções continuam a reflectir expectativas de um crescimento moderado dos salários, que deverá aumentar marginalmente no final do horizonte de projecção. O crescimento da produtividade deverá manter-se praticamente estável, pelo que o crescimento dos custos unitários de trabalho deverá aumentar moderadamente ao longo do horizonte. As últimas previsões da OCDE apontam para uma inflação média anual de 2.2% em 2006, igual ao ponto médio do intervalo de projecção do Eurosistema.

Taxa de juro de referência do BCE

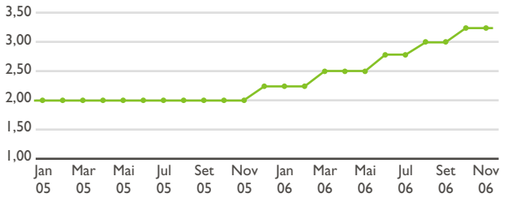


Figura 25 | Tx juro de referência do BCE

A taxa de desemprego na área do euro situou-se em 7,7% em Outubro, após se ter mantido estável em 7,8% no decurso dos últimos cinco meses. Face ao final de 2005, a taxa de desemprego desceu 0.7 p.p. No terceiro trimestre, o emprego manteve um crescimento em cadeia idêntico ao dos trimestres anteriores, situando-se em 0.4%. A variação homóloga do emprego foi de 1,5% (1.0% e 1.4%, respectivamente nos primeiro e segundo trimestres de 2006).

Para 2006 e 2007, todos os países da área do euro apresentam saldos orçamentais iguais ou superiores aos previstos na actualização anterior, com excepção da Itália que agrava o seu défice em 2006 (em 1.3 pontos percentuais do PIB, no essencial devido a um efeito temporário decorrente de uma decisão do Tribunal de Justiça Europeu). A Itália e Portugal são os únicos países a assumir, em 2006, défices orçamentais acima dos 3%, mas ambos os Programas prevêem a correcção da situação de défice excessivo dentro dos prazos definidos pelo Conselho Europeu (2007 e 2008, respectivamente). A generalidade dos países da área do euro projecta trajectórias de melhoria da situação orçamental ao longo do horizonte de previsão, sendo que, no último ano do Programa, tendem a apresentar situações próximas do equilíbrio ou mesmo de excedente. No que respeita à evolução do rácio da dívida, é de destacar também a redução face aos valores previstos na actualização anterior para 2006 e 2007 (com excepção da Itália, em 2007). No final do período de previsão, e não obstante a tendência decrescente, a Bélgica, a Alemanha, a Itália e Portugal continuam a apresentar valores acima de 60 por cento do PIB, se bem que no caso da Alemanha e de Portugal, sejam já próximos deste limiar.

Euribor

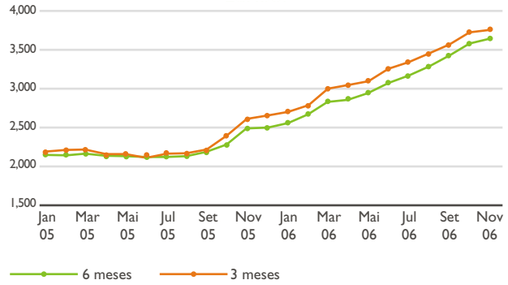


Figura 26 | Euribor

Na reunião de 7 de Dezembro, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu aumentar, pela quinta vez este ano, as taxas de juro oficiais em 25 pontos base (p.b.), tendo a taxa mínima de proposta aplicável às operações principais de refinanciamento passado a situar-se em 3.5%. A taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez situa-se actualmente em 4.5% e a da facilidade permanente de depósito em 2.5%. De acordo com o BCE, esta decisão reflecte a existência de riscos para a estabilidade de preços a médio prazo e contribuirá para assegurar que as expectativas de inflação a médio e longo prazo permaneçam solidamente ancoradas em níveis consistentes com a estabilidade de preços.

2.3 Portugal

A evolução da economia portuguesa em 2006 tem sido marcada por uma aceleração da actividade assente no comportamento dinâmico do sector exportador, pela quase estabilização da taxa de desemprego e por uma redução do desequilíbrio das contas externas e públicas. Um elemento importante da evolução da economia portuguesa foi, assim, o início da concretização plena de um processo de consolidação orçamental, cuja continuidade será fundamental para garantir um quadro estável de crescimento económico a médio-prazo. A evolução favorável face ao ano anterior representa uma recuperação económica que poderá conhecer alguma aceleração no próximo ano. No entanto, não se pode deixar de assinalar que a variação do produto interno bruto (PIB) será, pelo quinto ano consecutivo, inferior à observada na área do euro, continuando, deste modo, a acentuar-se a diferença face ao respectivo nível médio de rendimento per capita.

Ainda que muito abaixo da média comunitária (2,4%), o crescimento do PIB nacional apresenta sinais de melhoria quando comparado com o ano anterior (0,3% em 2005; 1,2% em 2006). Esta evolução reflectiu quer o comportamento favorável da procura externa líquida, quer a evolução positiva da procura interna. No período de três meses terminado em Novembro de 2006, o indicador de confiança dos consumidores, divulgado pela Comissão Europeia, apresentou uma melhoria face ao observado no terceiro trimestre de 2006, o que denota de algum modo um sinal de retoma mais acentuado, face aos verificado no ano anterior.

Taxa de inflação

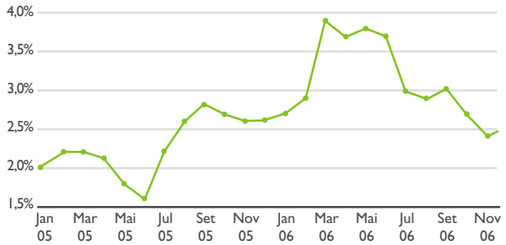


Figura 27 | Taxa de inflação

A taxa de inflação em 2006 em Portugal deverá rondar os 2,5%. Quando comparada com a taxa média dos países da União Europeia verifica-se que mais uma vez esta é superior em 0,4%. A taxa de inflação dos países da Zona Euro foi de 1,9%. Mais uma vez o nível elevado dos preços do petróleo que se verificou durante o ano, contribuiu decisivamente para estes níveis da taxa de inflação.

A taxa de desemprego deverá ser ligeiramente inferior à verificada no ano anterior (7,9% em 2005; 7,3% em 2006), mantendo-se abaixo da média europeia, na casa dos 8,5%.

O PSI-20, principal índice da Euronext Lisbon, terminou este ano nos 11.204,70 pontos, o que traduz uma subida de 30% em 2006, enquanto que o índice Dow Jones Euro Stoxx aumentou 15.5 por cento durante o mesmo período.

A 14 de Dezembro, o Governo português divulgou a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento de Portugal para o período 2006-2010. Face à anterior actualização (em Dezembro de 2005), este documento mantém os objectivos para o défice das administrações públicas em 4.6, 3.7, 2.6 e 1.5 por cento do PIB em 2006, 2007, 2008 e 2009, respectivamente, e prevê uma redução do défice para 0.4 por cento do PIB em 2010.

Fontes: Banco de Portugal, Fundo Monetário Internacional, Eurostat, Instituto Nacional de Estatística, Euronext, ERSE Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

3. Enquadramento do Sector

Na última década do século XX, Portugal revelava insuficiências graves nas áreas de abastecimento de água às populações e baixos níveis de atendimento no que se refere ao saneamento de águas residuais. A adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986, veio criar condições para o Estado Português investir no sector de forma a aumentar a cobertura e a qualidade de serviço às populações. Mas o acesso aos meios financeiros da política de coesão europeia veio também implicar a assumpção de novas responsabilidades decorrentes da obrigatoriedade de cumprimento dos normativos comunitários em matéria de ambiente. Neste enquadramento, em 1993 o Estado Português lançou um novo modelo para o sector, consubstanciado na empresarialização da gestão destas actividades e na abertura à participação de capitais privados. A política de gestão de serviços urbanos de águas e saneamento então encetada com a publicação do Decreto-Lei nº379/93, de 5 de Novembro, veio redistribuir a responsabilidade dos serviços de distribuição de água e de saneamento de águas residuais, até então exclusivamente municipal, entre as autarquias, responsáveis pelas actividades em "baixa", e o Estado, responsável pelas actividades em "alta" enquadradas em sistemas multimunicipais com uma gestão empresarial. Este novo quadro instituiu também a possibilidade de gestão indirecta das actividades em "baixa" por parte dos municípios, materializada através da concessão a empresas especializadas na gestão e na exploração deste tipo de sistemas, independentemente da titularidade dos respectivos capitais.

Aos sistemas Multimunicipais foi atribuído um papel fundamental e estruturante na resolução dos problemas existentes, através da implementação de soluções integradas para o abastecimento de água, a recolha e tratamento das águas residuais, envolvendo vários municípios e com uma gestão empresarial, atribuída por concessão a empresas constituídas em parceria entre o Estado através da AdP SGPS, e os municípios abrangidos por essas soluções, como é o caso da Águas de Santo André, S.A..

O balanço da implementação dos investimentos do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA II), com vigência no período de 1994 a 1999, registava um aumento significativo da população servida e da qualidade do serviço prestado nas áreas do sector do saneamento básico. No entanto, impunha-se uma estratégia concertada no sentido de alinhar os níveis nacionais de atendimento com os níveis europeus, o que se traduziu na elaboração do PEAASAR (2000-2006) Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais e mais recentemente no PEAASAR II (2007-2013).

São definidos três grandes objectivos estratégicos e as respectivas orientações que devem enquadrar os objectivos operacionais e as medidas a desenvolver no período 2007-2013, designadamente: A universalidade continuidade e qualidade do serviço, que deve materializar-se através da solidariedade nacional e regional nas soluções adoptadas, contribuindo para o pagamento do serviço a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores e da lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos; A sustentabilidade do sector, implicando a melhoria da produtividade e da eficiência em articulação com o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (Estratégia de Lisboa) e com o Plano Tecnológico, a coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, nomeadamente como forma de consolidar a integração de cada entidade gestora no tecido social e empresarial da respectiva área de actuação, e a credibilidade, eficácia, equilíbrio e transparência dos modelos de gestão do sector; A protecção dos valores ambientais, através da incorporação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável, da afirmação das boas práticas ambientais, ajudando pelo exemplo à evolução, no mesmo sentido, do tecido empresarial envolvente, o reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização.

A estratégia do Governo para o período 2007-2013 propõe-se dar uma resposta a esta questão, assumindo como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos custos do serviço, como forma de garantir a sustentabilidade do sector enquanto obrigação imperiosa perante as gerações futuras.

4. Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a nossa actividade mais visível, a empresa actua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital accionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.
Nas representações gráficas abaixo apresentadas expomos a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das actividades de operação.

Cadeia de Valor

Figura 28 | Cadeia de Valor Geral

Operação - Água

Figura 29 | Cadeia de Valor Água Potável

Operação - Água Industrial

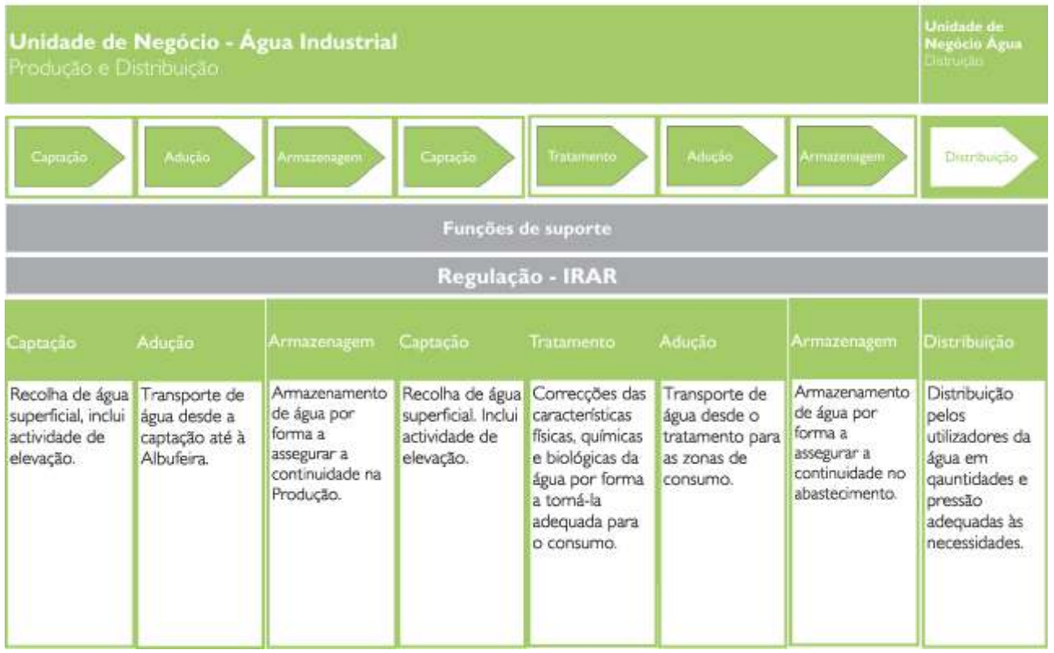


Figura 30 | Cadeia de Valor Água Industrial

Operação - Saneamento

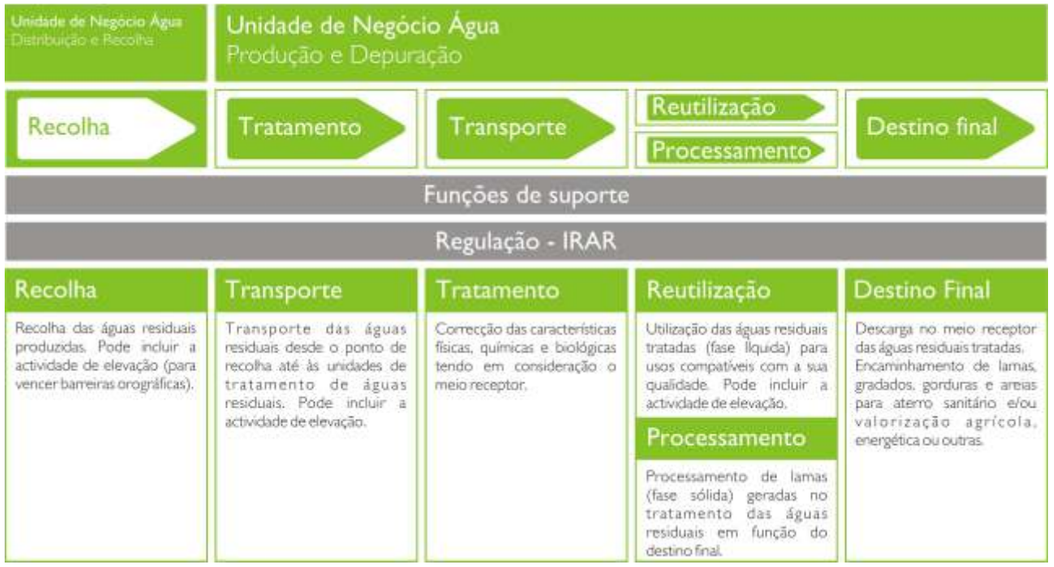


Figura 31 | Cadeia de Valor Água Residual

Operação - Resíduos Industriais

Figura 32 | Cadeia de Valor Resíduos Industriais

5. Responsabilidade Social

5.1 Caracterização dos Recursos Humanos

5.1.1 Evolução do Quadro de Pessoal

Direcção	2003	2004	2005	2006
Administração / Serv. Apoio	2	2	4	6
Direcção Técnica	47	47	42	-
Direcção Financeira (DIFC)	12	10	11	12
Direcção Engenharia (DENG)	-	-	-	17
Direcção Exploração (DEXP)	-	-	-	26
Total	61	59	57	61

Figura 33 | Quadro de Pessoal

	2003		2004		2005		2006	
Vinculo Laboral	H	M	H	M	H	M	H	M
Nomeação	1	-	2	-	2	-	1	-
Com Contrato Permanente	4	3	14	5	38	7	39	9
Com Contrato a Termo	46	7	32	6	5	5	6	6
Total	51	10	48	11	45	12	56	15

Figura 34 | Vínculo Laboral

5.1.2 Evolução da Massa Salarial

Direcção	2003	2004	2005	2006
Administração / Serv. Apoio	6.032,96	6.057,96	8.497,48	12.174,47
Direcção Técnica	59.496,36	61.935,26	58.720,00	a)
Direcção Financeira (DIFC)	13.309,76	12.725,80	15.887,60	18.544,36
Direcção Engenharia (DENG)				25.992,82
Direcção Exploração (DEXP)				35.102,89
Total	78.839,08	80.719,02	83.105,08	91.814,54 b)

Figura 35 | Massa Salarial

a) Com a nova Politica de reorganização dos Recursos Humanos, a Direcção Técnica foi repartida pela Direcção Exploração (DEXP) e Direcção Engenharia (DENG) a partir do ano de 2006.

b) De acordo com o Decreto-lei nº 171/2001 de 25 de Maio, o pessoal do INAG/DELSA, pôde optar por reforma antecipada, situação que ocorreu com alguns dos trabalhadores que desempenhavam funções determinantes para a prossecução dos objectivos da AdSA. Contudo, para assegurar o desempenho dessas tarefas, foram contratados alguns desses trabalhadores com o objectivo de contribuir para a formação de novos recursos humanos que permitissem assegurar a continuação das funções que esses anteriormente desempenhavam.
Durante o ano de 2006, e no âmbito da política de reorganização dos Recursos Humanos, foram reorganizados os serviços com enfoque na gestão de capacidades e competências dos meios existentes, o que permitiu terminar os contratos existentes, recrutando apenas alguns novos trabalhadores. No exercício em análise verifica-se um acréscimo de recursos humanos e massa salarial que se reflectiu numa redução da prestação de serviços externos.

5.1.3 Grau Académico

No que diz respeito à habilitação académica e profissional dos trabalhadores, verifica-se uma melhoria do nível médio, como se pode inferir pela tabela seguinte.

Nessa tabela, foi atribuído um coeficiente de ponderação variando de 1 a 7 de acordo com o grau académico, e calculado para cada ano um valor médio ponderado, do grau académico da globalidade dos trabalhadores. De acordo com esse valor médio ponderado, que tem vindo a crescer desde 2003.

Graus Académicos	Coef.	2003	Pond.	2004	Pond.	2005	Pond.	2006	Pond.
Licenciatura/Outros	7	9	63	10	70	11	77	11	77
Bacharelato	6	1	6	1	6	2	12	2	12
Ens.secundaria	5	16	80	17	85	18	90	24	120
3º Ciclo	4	20	80	20	80	15	60	14	56
2º Ciclo	3	9	27	7	21	7	21	6	18
1º Ciclo	2	5	10	3	6	3	6	3	6
S/habilitação	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	-	61	-	59	-	57,00	-	61,00	-
Média Ponderada	-	-	4,38	-	4,56	-	4,68	-	4,75

Figura 36 | Grau Académico

5.1.4 Idade Média

Direcção	2003	2004	2005	2006
Licenciatura/Outros	42	41	38	37
Bacharelato	29	30	39	40
Ens.secundaria	30	29	29	30
3º Ciclo	38	38	32	32
2º Ciclo	33	36	35	35
1º Ciclo	52	48	49	50
S/habilitação	53	54	55	56
Total	37	36	34	34

Figura 37 | Idade Média

5.1.5 Sexo por Grau Académico

Sexo	2003		2004		2005		2006	
Graus Académicos	H	M	H	M	H	M	H	M
Licenciatura/Outros	7	2	7	3	6	5	5	6
Bacharelato	1	0	1	0	2	0	2	0
Ens.secundaria	15	1	16	1	15	3	18	6
3º Ciclo	15	5	15	5	13	2	13	1
2º Ciclo	8	1	6	1	6	1	5	1
1º Ciclo	5	0	3	0	3	0	3	0
S/habilitação	0	1	0	1	0	1	0	1
Total	51	10	48	11	45	12	46	15

Figura 38 | Colaboradores por Sexo

5.1.6 Absentismo/ Baixas

	2003	2004	2005	2006
Absentismo %	2,29	1,7	1,53	1,7

Figura 39 | Absentismo

	2003	2004	2005	2006
Baixa (Nº)	5	7	8	7
Baixa (dias)	984	360	793	616

Figura 40 | Baixas

5.1.7 Formação

A formação profissional, parte integrante das actividades da empresa e sempre presente nas prioridades e preocupações dos seus responsáveis, procura enriquecer continuamente o capital humano, enfatizando a criação/inovação contínua e agregar valor através do desenvolvimento das pessoas, da gestão do conhecimento e do capital intelectual.

Acção de Formação	Tipo	Entidade Formadora (*)	Horas	Particip.
10ª International Conference on Wetland Systems for Water Pollution Control	Conferência	IWA	112	2
12º Encontro Nacional de Saneamento Básico	Encontro	APESB	60	2
2º Encontro - Gestão Integrada da Água e Resíduos	Encontro	AMALGA	16	1
8º Congresso da Água / XII Silubesa	Congresso	APRH	8	1
A Economia da Água	Sessão Técnica	APRH	8	1
A Formação e o Novo Código do Trabalho	Workshop	Global Estratégias	8	1
A imagem da empresa no contacto com o público	Formação	AdP Formação	120	4
Avaliação de Desempenho	Formação	AdP Formação	240	9
Autocad	Formação	AdP Formação	300	10
Cobranças para Comerciais	Formação	Global Estratégias	8	1
Como Melhorar o Relac. c/ clientes de Água e San. a Custos Controlados	Formação	INA	12	2
Comportamentos de Segurança no Trabalho	Seminário	Instituto Piaget	8	1
Comunicação Interna	Formica	Global Estratégias	56	8
Conhecimento e Manuseamento de Cloro	Formação	CUF	112	14
Conhecimento e Manuseamento de Cloro	Formação	Quimigal	240	15
Crescimento Filamentoso em Sistemas de Tratamentos de AR	Formação	AdP	16	1
Curso de Exploração e Segurança de Barragens	Formação	Instituto da Água	96	1
Electricidade II	Formação	AdP Formação	210	7
Estabilização de Condutas Enterradas	Debate	APDA	24	3
Excel Nível 2	Formação	AdP Formação	300	10
Florescências de Algas e Cianobactérias nas Águas de Captação	Formação	AdP	32	2
Formar para Ajudar Formação para o Voluntariado	Formação	ADL	25	1
Gestão da Qualidade: Implementação de Modelos de Gestão por Processos	Formação	Verlag Dashofer	28	4
Gestão de Aprovisionamentos	Formação	Verlag Dashofer	32	2
Gestão de Extractos	Formação	AdP Formação	60	2
Gestão de Extractos/ Reconciliação Bancária	Formação	AdPFormação	8	1
Gestão de Resíduos	Seminário	Apemeta	8	1
Implementação de Modelos de Gestão de Processos	Formação	Verlag Dashofer	28	4
Novos caminhos para a Instrumentação	Seminário	Endress + Hauser	40	5
O Mercado e os Preços	Colóquio	APDA	8	1
O Telefone e a Imagem da Empresa	Formação	Cegoc	24	1
Operadores de ETAR Nível I	Formação	AdP Formação	80	1
Organização do Trabalho	Formação	AdP Formação	60	2
Panda Road Show 06	Road Show	Panda Sofware	8	1
Planos de Segurança em Sistemas de Abastecimento de Água	Formação	APDA	8	1
Pneumática	Formação	AdP Formação	315	9
Política de Ambiente: Portugal na rota da União Europeia	Conferência	About Blue Comunicação	16	2
Projecto de Manutenção e Gestão de Activos	Encontro	AdP Formação	16	2
Secretárias 2006	Formação	Global Estratégias	7	1
Segurança e Procedimentos de Emergência	Seminário	IEFP	16	2
Segurança no Manuseamento de Equipamentos	Formação	AdP Formação	240	8
Sessão de Trabalho sobre Materiais	Sessão de Trabalho	AdP	16	2
Sessão de Trabalho sobre Materiais "Hidráulicos e de Construção Civil"	Sessão de Trabalho	AdP	32	2
Telegestão, Automação e Instrumentação Nível II	Formação	AdP Formação	180	6
Tratamento e Métodos de Controlo de Água para Consumo Humano	Formação	AdP Formação	280	8
Visita Técnica à Águas do Zêzere e Côa	Visita Técnica	Águas do Zêzere e Côa	120	5
Totais			3641	170

(*) Todas as Entidades Formadoras são Externas

Figura 41 | Formação

5.1.8 Acidentes de Trabalho

Acidentes de Trabalho	s/baixa	1 a 3	4 a 30	+ de 30	Mortais
Nº de Acidentes	8	0	0	0	0
Nº de dias perdidos c/ Baixa	0	0	0	0	0

Figura 42 | Acidentes de Trabalho

5.2 Ambiente

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), iniciada em 2006, foram desenvolvidas diversas actividades, nomeadamente, a elaboração de um levantamento ambiental, que teve por objectivo a identificação das actividades da AdSA com impactes no Ambiente. Tendo em vista a minimização dos impactes identificados, foram elaborados dois planos: o Plano de Gestão Ambiental e o Plano de Monitorização Ambiental.

A AdSA, no âmbito das actividades de Educação Ambiental, comemorou o Dia Mundial da Água e o Dia Mundial do Ambiente.

Para a comemoração do Dia Mundial da Água, 22 de Março, a AdSA convidou cerca de 65 alunos da Escola E.B. 1 de Santiago do Cacém, e respectivas professoras, a participarem num conjunto de iniciativas realizadas na sua sede.

O Dia Mundial do Ambiente, 7 de Junho, foi comemorado em parceria com o Instituto das Comunidades Educativas (ICE) que tem em curso o projecto "Quinta de Educação e Ambiente", no Monte do Paio (Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha), e contou com a participação de 36 crianças do Jardim de Infância de Aldeia de Chãos.

As iniciativas referidas basearam-se na apresentação de um filme animado sobre o "Ciclo da Água", no qual foram explicados os processos de captação, transporte e reciclagem da água, seguindo-se uma visita à Estação de Captação de Água do Moinho Novo e à ETAR de Ribeira de Moinhos.

5.3 Segurança

No âmbito da implementação do Subsistema de Gestão da Segurança (SGS), iniciada em 2006, foi iniciado o Levantamento de Segurança e a subsequente elaboração de Programas de Gestão, que se encontra neste momento a cerca de 70% de concretização, devido à enorme extensão de instalações da AdSA sujeitas a avaliação de riscos profissionais. Em Novembro de 2006, o Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho da AdSA passou a contar com a colaboração de um Técnico de Segurança Nível III que veio não só permitir uma maior capacidade de acção operacional ao nível da prevenção de riscos profissionais, como também dar apoio à implementação do SGS.

5.4 Outras Actividades Desenvolvidas

Relativamente à Responsabilidade Social, a AdSA, promoveu duas Campanhas de Recolha de Sangue e Medula Óssea, que decorreram nos dias 14 de Junho e 3 de Dezembro, em colaboração com o Instituto Português do Sangue e CEDACE. Estas acções contaram com o apoio de outra instituição local Bombeiros Voluntários de Santo André.

Outras acções foram realizadas, tais como a Limpeza nas Praias da Freguesia. Essa acção decorreu no passado dia 11 de Junho com o apoio da Águas de Santo André (AdSA) com a colaboração da Junta de Freguesia de Santo André e da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Esta iniciativa surgiu a pedido da Associação Litoral Aventura, sendo que o objectivo principal foi sensibilizar as camadas mais jovens da nossa população, para as necessidades de preservação do ambiente, em particular nas zonas costeiras.

Ainda neste âmbito, a Empresa tem anualmente a preocupação de proporcionar aos colaboradores e seus filhos uma festa de Natal que inclui oferta de presentes e muita animação.

A AdSA, tornou possível, ainda, a criação de Clube Náutico das Águas de Santo André, dando apoio na aquisição de materiais e patrocinando a Inauguração do mesmo. Este clube pretende proporcionar aos colaboradores desta Empresa alguma actividade física e um 'são' convívio. O clube dispõe de um espaço cedido pela AdSA, para sua sede social.

6. Regulação

Introdução

As actividades desenvolvidas pela AdSA (abastecimento de água potável, "em alta" à C. M. Sines e "em baixa" à população de V. N. de Santo André, água industrial às empresas da região, saneamento de águas residuais, urbanas e industriais e recepção, deposição/eliminação de RSI) são serviços de interesse económico geral indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Estas actividades são exercidas em regime de exclusividade na componente industrial e, em V. N. de Santo André, na componente urbana, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão.

Em mercados monopolistas, e com maior razão, quando se enfrentam estruturas de custo do tipo monopólio natural, como é o caso do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, os mecanismos de auto-regulação, que os mercados em concorrência potenciam, não são suficientes para garantir a correcta afectação dos excedentes de produção e de consumo.

A regulação económica, prosseguindo a defesa dos interesses dos consumidores (utilizadores no nosso caso particular), pretende assim reproduzir nestes mercados os resultados que se obteriam num mercado concorrencial, quer em termos de preço quer em termos da qualidade do serviço prestados. Em termos de preços a actuação passa por alinhá-los com os custos e garantir que os últimos são minimizados. Relativamente à qualidade de serviço a actuação do regulador passa por impor requisitos mínimos de qualidade que têm de ser cumpridos.

Este exercício não pode descorar a salvaguarda da sustentabilidade económica e financeira da concessão, nomeadamente garantindo a adequada remuneração dos capitais investidos.

Em Portugal estas funções estão estatutariamente atribuídas ao Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de Maio.

Regulação Económica

Para garantia do acima exposto, todos os anos são submetidos à aprovação do Concedente as propostas de orçamento e projecto tarifário para o ano seguinte. A apresentação desta proposta está formatada pelo disposto na Portaria n.º 1275/2003, de 7 de Novembro. Este diploma define o tipo de informação e o detalhe com que deve ser submetida, quer em termos de custos, proveitos, investimento, quantidades e quer em termos de informação patrimonial.

As peças orçamentais são depois avaliadas pelo IRAR, que durante sua apreciação, solicita por vezes informação adicional às empresas, de forma a garantir que as tarifas são eficientes e reflectem os mais baixos custos de produção em cada sistema. As tarifas incorporam uma remuneração ao accionista definida em função de um indexante sem risco acrescido de um prémio de risco de 3%. Os indexantes usados são as Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT 10), os Bilhetes do Tesouro (TBA) e a Euribor a 6 meses. Não é permitido que esta seja ultrapassada, excepto no caso de se demonstrarem verdadeiros ganhos de eficiência.

Regulação de Qualidade de Serviço

Anualmente o regulador avalia a qualidade de serviços destas empresas, publicando esta avaliação e fazendo o benchmark entre as várias concessionárias. Este exercício garante aos utilizadores, e aos seus consumidores, informação sobre a qualidade do serviço que lhe é prestada, bem como as recomendações de melhoria dirigidas às empresas.

Regulação da Qualidade da Água

Para além da sua faceta de regulador económico o IRAR é autoridade competente em matéria de qualidade da água para consumo humano, criando assim mais uma linha de regulação da actividade das entidades gestoras de abastecimento de água. Anualmente, estas entidades gestoras têm de submeter, para aprovação, o plano de controlo da qualidade da água (PCQA) para o ano seguinte que depois é monitorizado pelo IRAR, sendo os resultados publicados anualmente.

7. Situação Económica e Financeira

Resultados

A decomposição do Resultado Líquido, relativo ao exercício de 2006, pelos vários agregados de resultados (valores em euros) é a seguinte:

Resultados	2006	2005	2004
Resultados Operacionais	-1.812.279,61	-2.096.699,32	-1.470.265.77
Resultados Financeiros	-159.539,53	113.083,35	112.368.40
Resultados Correntes	-1.971.819,14	-1.983.615,97	-1.357.897.37
Resultados Antes de Impostos	2.098.953,87	43.283,18	678.090.05
Imposto sobre o Rendimento	715.012,24	24.706,84	149.378.36
Resultado Líquido do Exercício	1.383.941,63	18.576,34	578.711.69

Figura 43 | Resultados

O elevado resultado operacional negativo, deve-se essencialmente ao peso das amortizações do exercício face aos proveitos gerados, uma vez que a AdSA herdou infra-estruturas sobredimensionadas para os consumidores existentes.

Evolução dos Proveitos

Os Proveitos Operacionais, do exercício de 2006, cujo valor ascendeu a € 8.233.993,62, tiveram a seguinte evolução e decomposição (valores em euros):

Rubricas	2006	2005	2004
Vendas	4.522.101,43	4.650.266,75	4.456.612,06
Prestação de Serviços	1.986.517,89	2.759.188,92	4.614.828,24
Trabalhos para a própria empresa	33.126,55	0,00	0,00
Proveitos Suplementares	37.957,18	21.605,28	42.640,41
Reversões de amortizações e ajust.	1.654.290,57	0,00	0,00
Total	8.233.993,62	7.431.060,95	9.114.080,71

Figura 44 | Evolução dos Proveitos

Evolução dos Custos

Os Custos Operacionais, do exercício de 2006, no montante de 10.049.613,00, registaram a seguinte evolução analítica:

Rubricas	2006	2005	2004
Custo Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	129.257,83	124.708,21	146.870,15
Fornecimento e Serviços Externos	4.122.740,77	3.454.775,18	3.374.277,08
Custo com Pessoal	1.686.958,13	1.651.454,36	1.575.855,00
Amortizações	3.883.894,18	3.793.469,89	3.842.089,79
Ajustamentos	186.893,58	420.309,17	1.632.324,11
Outros Custos e Perdas Operacionais	36.528,74	83.043,46	12.930,35
Total	10.046.273,23	9.527.760,27	10.584.346,48

Figura 45 | Evolução dos Custos

Análise Financeira e Patrimonial

O Balanço apresenta a seguinte estrutura e evolução, face aos anos anteriores (valores em euros):

Balanço	2006	2005	2004	2003
Activo Imobilizado Líquido	63.871.633.64	66.289.915,54	68.617.991,38	71.513.550,70
Investimentos Financeiros	4.315.631,49	4.258.046,38	3.518.224,37	2.301.114,00
Activo Circulante - Existências	142.882,61	146.499,62	158.384,05	157.187,50
Dívidas de terceiros Curto Prazo	2.356.113,60	2.167.095,04	1.678.692,65	1.612.192,78
Títulos Negociáveis	1.237.694,85	278.152,90	823.468,76	493.341,61
Depósitos Bancários e Caixa	3.888.366,39	1.703.019,64	1.732.697,64	1.355.335,26
Acréscimos e Diferimentos	345.129,49	535.035,62	555.353,88	54.297,68
Total do Activo	76.157.452,07	75.377.764,74	77.085.262,73	77.487.019,53
Capital Próprio	2.487.182,11	1.120.888,00	1.138.711,66	647.928,67
Provisões	1.164,54	1.164,54	1.164,54	74.507,29
Dívidas de terceiros Médio Longo Prazo	8.109.516,13	11.971.149,10	12.449.995,10	12.928.841,07
Dívidas de terceiros Curto Prazo	2.602.429,99	2.595.349,30	2.743.735,16	2.482.281,37
Acréscimos e Diferimentos	62.957.159,30	59.689.213,80	60.751.656,27	61.353.461,13
Total do Capital Próprio e Passivo	76.157.452,07	75.377.764,74	77.085.262,73	77.487.019,53

Figura 46 | Balanço

Outras Informações nos termos do artigo n.°66 do Código do CSC

No cumprimento do estipulado no Artigo n.° 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- A Sociedade não tem Acções Próprias;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal;

Foi alienada uma viatura ao Vogal do Conselho de Administração, Eng.° Guia Marques.

8. Perspectivas para o Futuro

O volume de investimentos previsto e facturação associada às principais áreas de negócio da Empresa, que resultam do abastecimento de água, do tratamento de efluentes e do processamento dos resíduos industriais das indústrias petroquímicas da região de Sines, deverão crescer significativamente a médio prazo como consequência da ampliação de algumas unidades industriais (Petrogal, Repsol) e construção de outras (Artensa, Biodiesel).
Também as actividades de abastecimento de água e tratamento de efluentes domésticos deverão crescer face ao aumento previsto do número de postos de trabalho criados por aqueles investimentos.

Perspectiva-se, também, o alargamento do Sistema a alguns Municípios envolventes da região actualmente servida, nas áreas do abastecimento de água e tratamento de efluentes, pelo que é previsível um significativo aumento da população servida, possibilitando, desta forma, um maior aproveitamento das capacidades de produção de água potável do Sistema.

9. Considerações Finais

Apresentados os resultados das actividades desenvolvidas em 2006, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, directa ou indirectamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

A Entidade Concedente, na pessoa de Sua Excelência o Ministro de Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;

O Accionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à CCDR Alentejo, Instituto da Água, Instituto Regulador de Águas e Resíduos e Instituto de Resíduos;

Aos nossos parceiros Institucionais, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Sines, APIPARQUES e Administração do Porto de Sines;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais: Galp Energia, Repsol e CPPE;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu provas no seguimento das actividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;

Os Trabalhadores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

10. Anexo ao Relatório

O Capital Social ascende a 500.000 Euros, representado por 100 000 acções da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100% por AdP Águas de Portugal, SGPS, S.A..

11. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no Artigo 25° dos Estatutos da Águas de Santo André, S.A., propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de 1.383.941,63 Euros (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, novecentos e quarenta e um Euros e sessenta e três cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- € 69.197,08 (sessenta e nove mil cento e noventa e sete Euros e oito cêntimos) para constituição da Reserva Legal, na conta 57.1;
- € 37.848,61 (trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito Euros e cinquenta e dois cêntimos) para distribuição de dividendos ao Accionista;
- € 1.276.895,94 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e cinco Euros e noventa e quatro cêntimos) para resultados transitados, na conta 59.1.

O Presidente do Conselho de Administração,

Eng.° Ângelo Paulo Garcia Gromicho

O Administrador-Delegado,

Eng.° António Manuel Gravata Filipe

O Técnico Oficial de Contas.

Dra. Branca Gabriela Malho Lima

Vila Nova de Santo André, 23 de Fevereiro de 2007

Carapau *(Trachurus trachurus)*

Contas do Exercício

Poupa - *Upupa epops Linnaeus*

Contas Individuais

Balanço

ACTIVO			Dezembro de 2006	Dezembro de 2005
	Activo Bruto	Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	292.777,00	292.777,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	52.500,00	41.325,00	11.175,00	19.010,23
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
	345.277,00	**334.102,00**	**11.175,00**	**19.010,23**
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	1.045.784,65	0,00	1.045.784,65	1.045.784,65
Edifícios e outras construções	3.236.676,30	514.901,51	2.721.774,79	2.558.783,29
Equipamento básico	73.423.826,14	13.639.624,26	59.784.201,88	61.944.346,88
Equipamento de transporte	294.860,76	243.601,83	51.258,93	93.227,43
Ferramentas e utensílios	39.569,73	31.430,37	8.139,36	7.406,31
Equipamento administrativo	630.934,53	546.185,49	84.749,04	63.133,72
Taras e vasilhame	1.961,00	604,14	1.356,86	0,00
Outras imobilizações corpóreas	19.796,89	9.266,86	10.530,03	12.852,56
Imobilizações em curso	152.663,10	0,00	152.663,10	545.370,47
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	78.846.073,10	**14.985.614,46**	**63.860.458,64**	**66.270.905,31**
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos a empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Partes de capital em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos a empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Partes de capital em outras emp. participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos a outras empresas participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. em Imóveis - Ter. Rec. Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. em Imóveis - Edif. Out. Construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros titulos e aplicações financeiras	4.315.631,49	0,00	4.315.631,49	4.258.046,38
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de inv. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	4.315.631,49	**0,00**	**4.315.631,49**	**4.258.046,38**
Circulante:				
Existências				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	142.882,61	0,00	142.882,61	146.499,62
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	142.882,61	**0,00**	**142.882,61**	**146.499,62**
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas do Grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dívidas de terceiros - Curto Prazo				
Clientes, c/c	1.628.349,06	0,00	1.628.349,06	1.592.298,10
Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	757.520,95	757.520,95	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas do Grupo	5.908,17	0,00	5.908,17	5.908,17
Empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	2.139,62	0,00	2.139,62	30.420,31
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e Outros entes públicos	701.566,75	0,00	701.566,75	537.842,71
Outros devedores	18.150,00	0,00	18.150,00	625,75
Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.113.634,55	**757.520,95**	**2.356.113,60**	**2.167.095,04**
Títulos negociáveis:				
Títulos negociáveis	1.237.694,85	0,00	1.237.694,85	278.152,90
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.237.694,85	**0,00**	**1.237.694,85**	**278.152,90**
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	3.883.890,40	0,00	3.883.890,40	1.700.065,68
Caixa	4.475,99	0,00	4.475,99	2.953,96
	3.888.366,39	**0,00**	**3.888.366,39**	**1.703.019,64**
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	91.591,90	0,00	91.591,90	146.963,28
Custos diferidos	52.794,54	0,00	52.794,54	8.092,18
Ajust diferidos-Contratos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos diferidos	200.743,05	0,00	200.743,05	379.980,16
	345.129,49	**0,00**	**345.129,49**	**535.035,62**
Total de amortizações		15.319.716,46		
Total de Ajustamentos		757.520,95		
Total do Activo	**92.234.689,48**	**16.077.237,41**	**76.157.452,07**	**75.377.764,74**

O Conselho de Adminisração,

O Técnico Oficial de Contas,

Figura 47 | Balanço - Activo

Balanço

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Dezembro de 2006	Dezembro de 2005
Capital próprio:		
Capital	500.000,00	500.000,00
Acções (quotas) próprias - Valor nominal	0,00	0,00
Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios	0,00	0,00
Prestações suplementares	0,00	0,00
Prémios de emissão de acções (quotas)	0,00	0,00
Ajust. de partes de capital em filiais e associadas	0,00	0,00
Diferenças de Consolidação	0,00	0,00
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas:		
Reservas legais	47.364,40	46.435,58
Outras reservas	0,00	0,00
Diferença de conversão cambial	0,00	0,00
Saldos Inter-companhias	0,00	0,00
Resultados transitados	555.876,08	555.876,08
	1.103.240,48	**1.102.311,66**
Resultado líquido do exercício	1.383.941,63	18.576,34
Total do capital próprio	**2.487.182,11**	**1.120.888,00**
Passivo:		
Provisões		
Provisões para pensões	0,00	0,00
Provisões para impostos	0,00	0,00
Outras provisões	1.164,54	1.164,54
	1.164,54	**1.164,54**
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Adiantamentos de Clientes		
Empresas do Grupo	0,00	0,00
Empresas associadas	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Empréstimos por Obrigações	0,00	0,00
Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	0,00	0,00
Fornecedores - Títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado	0,00	0,00
Outros empréstimos obtidos	0,00	0,00
Outros credores	8.109.516,13	11.971.149,10
Subscritores de capital	0,00	0,00
	8.109.516,13	**11.971.149,10**
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Clientes, c/c	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes	113.358,56	500,00
Empresas do Grupo	0,00	0,00
Empresas associadas	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Empréstimos por Obrigações	0,00	0,00
Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	963.031,78	1.003.033,96
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	54.317,89
Fornecedores - Títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado	127.148,54	102.810,22
Outros empréstimos obtidos	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	895.735,57	350.391,99
Outros credores	503.155,54	1.084.295,24
Subscritores de capital	0,00	0,00
	2.602.429,99	**2.595.349,30**
Acréscimos e Diferimentos:		
Acréscimos de custos	6.449.190,27	4.867.679,10
Proveitos diferidos	56.507.969,03	54.821.534,70
Ajust diferidos-Contratos Futuros	0,00	0,00
Impostos diferidos	0,00	0,00
Diferenças de consolidação	0,00	0,00
Total do Passivo	**73.670.269,96**	**74.256.876,74**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**73.607.269,96**	**75.377.764,74**

O Conselho de Adminisração,

O Técnico Oficial de Contas,

Figura 47 | Balanço - Activo

Demonstração dos Resultados por Natureza

		Dezembro de 2006	Dezembro de 2005
Custos e perdas:			
Custo das mercadorias e das matérias consumidas:			
Mercadorias		0,00	0,00
Matérias		129.257,83	124.708,21
		129.257,83	**124.708,21**
Fornecimentos e serviços externos		4.122.740,77	3.454.775,18
Custo com o pessoal:			
Remunerações		1.311.963,50	1.298.222,66
Encargos Sociais:			
Pensões		0,00	0,00
Outros		374.994,63	353.231,70
		5.809.698,90	**5.106.229,54**
Amortizações de Imob. Corpóreo/Incorpóreo		3.883.894,18	3.793.469,89
Ajustamentos		186.893,58	420.309,17
Impostos		36.528,74	77.029,54
Outros custos e perdas operacionais		0,00	6.013,92
	(A)	**10.046.273,23**	**9.527.760,27**
Amort. e Ajustamentos de aplic. e investimentos financeiros		0,00	0,00
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas associadas		0,00	0,00
Outros		262.319,60	28.677,83
	(C)	**10.308.592,83**	**9.556.438,10**
Perdas relativas a empresas associadas		0,00	0,00
Custos e perdas extraordinários		501.404,60	26.820,72
	(E)	**10.809.997,43**	**9.583.258,82**
Imposto sobre o rendimento do exercício		535.775,13	3.976,13
Impostos diferidos		179.237,11	20.730,71
	(G)	**11.525.009,67**	**9.607.965,66**
Interesses minoritários		0,00	0,00
Transacções inter-companhias (conta de transição)		0,00	0,00
Resultado líquido do exercicio		1.383.941,63	18.576,34
		12.908.951,30	**9.626.542,00**
Proveitos e Ganhos			
Vendas:			
Mercadorias		0,00	0,00
Produtos		4.522.101,43	4.650.266,75
Prestações de serviços		1.986.517,89	2.759.188,92
Desvios Tarifários		0,00	0,00
		6.508.619,32	**7.409.455,67**
Variação da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria empresa		33.126,55	0,00
Proveitos suplementares		37.957,18	21.605,28
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais		0,00	0,00
Reversões de amortizações e ajustamentos		1.654.290,57	0,00
	(B)	**8.233.993,62**	**7.431.060,95**
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas associadas		0,00	0,00
Relativos a outras empresas		0,00	0,00
Rendi. de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras:			
Relativos a empresas associadas		0,00	0,00
Outras		0,00	0,00
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas associadas		0,00	0,00
Outras		102.780,07	141.761,18
	(D)	**8.336.773,69**	**7.572.822,13**
Proveitos e ganhos extraordinários		4.572.177,61	2.053.719,87
	(F)	**12.908.951,30**	**9.626.542,00**
Resultados operacionais	(B)-(A)	(1.812.279,61)	(2.096.699,32)
Resultados financeiros	(D)-(B)-((C)-(A))	(159.539,53)	113.083,35
Resultados correntes	(D)-(C)	(1.971.819,14)	(1.983.615,97)
Resultados antes de impostos	(F)-(E)	2.098.953,87	43.283,18
Resultado do exercício (Exc. Int. Minoritários)	(F)-(G)	1.383.941,63	18.576,34

O Conselho de Adminisração,

O Técnico Oficial de Contas,

Figura 48 | Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados por Funções

RUBRICA	2006	2005
Vendas e prestações de serviços	6.508.619,32	7.409.455,67
Custo das vendas e das prestações de serviços	-129.257,83	-124.708,21
Resultados Brutos	**6.379.361,49**	**7.284.747,46**
Outros proveitos e ganhos operacionais	6.297.551,91	2.075.325,15
Custos de distribuição	0,00	0,00
Custos administrativos	-9.880.486,66	-9.320.008,60
Outros custos e perdas operacionais	-537.933,34	-109.864,18
Resultados Operacionais	**2.258.493,40**	**-69.800,17**
Custo Líquido de financiamento	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	-159.539,53	113.083,35
Resultados correntes	**2.098.953,87**	**43.283,18**
Impostos sobre os resultados correntes	-715.012,24	-3.976,13
Resultados correntes após impostos	**1.383.941,63**	**39.307,05**
Resultados extraordinários	0,00	0,00
Impostos sobre os resultados extraordinários	0,00	0,00
Resultados líquidos	**1.383.941,63**	**39.307,05**
Resultados por acção	**1,15**	**0,03**

O Conselho de Adminisração,

O Técnico Oficial de Contas,

Figura 49 | Demonstração dos Resultados por Funções

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICA	2006	2005
Recebimentos de Clientes	10.233.558,77	7.293.826,03
Pagamentos a Fornecedores	-3.457.687,71	-4.095.301,05
Pagamentos ao Pessoal	-966.428,30	-984.655,18
* **Fluxo gerado pelas operações**	**5.809.442,76**	**2.213.869,80**
Pag./Rec.do Imposto sb Rendimento	-68.222,03	-261.643,54
Outros Pag./Rec. da Act.Operacional	-2.079.022,34	-379.469,28
Pagamentos Segurança Social	-368.608,59	-328.018,12
Pagamentos de Outros Impostos	-18.485,37	-314.147,79
* **Fluxo gerado antes Rub. Extraord.**	**-2.534.338,33**	**-1.283.278,73**
Receb.relacionados c/Rub.Extraordinárias	-2.049,64	0,00
Pag. relacionados c/Rub. Extraordinárias	-98.345,99	-86.683,00
** **Fluxo das Actividades Operacionais**	**3.174.708,80**	**843.908,07**
Recebimentos de Invest.Financeiros	5.560.955,08	0,00
Recebimentos de Imob. Corpóreas	0,00	0,00
Recebimentos de Imob. Incorpóreas	0,00	0,00
Recebimentos de Subsid.de Investimento	0,00	0,00
Rec.de Juros e Prov.Similares	252.040,44	112.761,18
Recebimentos de Dividendos	0,00	0,00
* **TOTAL**	**5.812.995,52**	**112.761,18**
Pagamentos de Invest. Financeiros	-4.315.679,49	-739.822,00
Pagamentos de Imob. Corpóreas	-670.505,19	-554.405,95
Pagamentos de Imob. Incorpóreas	0,00	0,00
Pagamentos de Imob. em Curso	-775.036,77	-176.517,00
* **TOTAL**	**-5.761.221,45**	**-1.470.744,95**
** **Fluxo das Actividades Investimento**	**51.774,07**	**-1.357.983,77**
Recebimentos de Empréstimos Obtidos	0,00	0,00
Rec.Aumentos Capital,Prest.Sup. e Prémio	0,00	0,00
Recebimentos de Subsid. e Doações	0,00	0,00
Recebimentos de Venda de Acções/Quotas	0,00	0,00
Recebimentos de Cobertura de Prejuizos	0,00	0,00
Recebimentos Financ. Outros não Espec.	16.097,71	1.070,00
* **TOTAL**	**16.097,71**	**1.070,00**
Pagamentos de Empréstimos Obtidos	0,00	0,00
Pagamentos de Amortização Contratos	-65.344,15	-17.291,99
Pagamentos de Juros/Custos Similares	0,00	-327,00
Pagamentos de Dividendos	-17.647,52	-36.400,00
Pag.Reduções Capital/Prest.Suplemenlemen	0,00	0,00
Pagamentos Aquisição Acções Própria	0,00	0,00
Pagamentos Financiam - Outros não Espec.	-14.700,21	-7.969,17
* **TOTAL**	**-97.691,88**	**-61.988,16**
** **Fluxo Actividades de Financiamento**	**-81.594,17**	**-60.918,16**
*** **Variações de Caixa**	**3.144.888,70**	**-574.993,86**
Caixa seus Equivalentes-Inicio Periodo	1.981.172,54	2.556.166,40
* **Caixa seus Equivalentes-Final Periodo**	**5.126.061,24**	**1.981.172,54**

O Conselho de Adminisração,

O Técnico Oficial de Contas,

Figura 50 | Demonstração dos Fluxos de Caixa

Lagosta - *Palinurus elephas*

Notas às Demonstrações Financeiras

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Águas de Santo André, S.A. Exercício de 2006
NIF 505600005
Valores expressos em Euros

Actividade

Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima de duração Indeterminada, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, com um capital social de 500.000 Euros, realizados a 100%.
A sociedade tem por objecto, nos termos do artigo 3º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André."
Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da concepção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras da sociedade, foram preparadas na base dos custos históricos e da continuidade das operações da sociedade em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

As notas que se seguem, respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contas (POC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, e alterado posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 127/95, de 1 de Junho e pelo DL 35/2005 de 17 de Fevereiro.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

N.º 3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo, líquido das amortizações acumuladas. As amortizações dos bens não reversíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas fiscalmente permitidas, as quais não diferem significativamente da vida útil estimada dos activos. As amortizações aplicadas ao activo imobilizado corpóreo reversível fora calculado tendo por base o disposto na Directriz Contabilística n.º 4.

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são contabilisticamente relevadas pelo seu custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro (actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/94, de 12 de Julho).

c) Acréscimos e Diferimentos

A Águas de Santo André S.A., regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os proveitos e custos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

d) Existências

As existências são contabilisticamente relevadas pelo custo de aquisição ou seja, pela soma do preço de compra e respectivos gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar em armazém ou no seu estado normal.

e) Dívidas de Terceiros

As dívidas a receber de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal, caso se considere a existência de créditos que não vão ser integralmente recuperáveis, é constituída uma provisão para cobrança duvidosa (ver nota 34).

f) Outros Títulos Negociáveis

Os Outros Títulos Negociáveis referem-se a títulos de participação mobiliária que se encontram valorizados a custo histórico.

N.º 6. Indicação das situações que afectem significativamente os impostos futuros

A sociedade Águas de Santo André S.A encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa de 25%, que é aumentada em 10% pela aplicação da derrama.

Com a entrada em vigor da nova lei das Finanças Locais, o método de cálculo da taxa de tributação a que a empresa está sujeita, e que tem estado a ser considerada para efeitos de cálculo do imposto diferido, foi alterado. Assim, para o exercício de 2007 e seguintes, a taxa de derrama passou a incidir directamente sobre o lucro tributável, alternativamente à matéria colectável como até 2006. Esta alteração dá origem a uma redução da taxa de imposto a utilizar para efeitos de cálculo do imposto diferido sobre provisões/ajustamentos de 1% (27,5% em 2006, para 26,5% em 2007). O efeito desta alteração foi incluído nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2006.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal de Águas de Santo André, S.A. está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais de Águas de Santo André, S.A. do exercício de 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A., no quadro da aplicação das normas contabilística em vigor no seio do grupo AdP - Águas de Portugal, SGPS, AS, não prevê que eventuais correcções, resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, possam ter efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

RAI	2.095.614,10	
Diferenças permanentes	461.696,26	5.557.310,36
IRC + Derrama (27,5%)		703.260,35
Tributações Autónomas		4.127,32
Mudança de Taxa		7.575,21
Encargo do imposto		714.962,88
a/c 86 - Imposto do Exercício		535,775,13
a/c 86 - Imposto Diferido - Prej. Fiscais		92.206,75
a/c 86 - Imposto Diferido - Prov. Clientes		87.030,36
Total de Imopsto		715.012,24

Figura 51

Base de Imposto	2006	2005	Variação
Provisões de clientes não aceites fiscalmente	757.52,95	1.033.616,44	-276.095,49
Prejuízos Fiscais	0,00	347.950,10	-347.950,10
Total	757.520,95	1.381.566,54	-624.045,59
Impostos Diferidos Activos	200.743,05	379.930,80	-179.187,75

Figura 52

N.º 10. Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf. /Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	292.777,00	0,00	0,00	0,00	292.777,00
Despesas Investigação & Desenvolvimento	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
Prop.Industrial e Out.Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1)	**345.277,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**345.277,00**
Imobilizações Corpóreas:					
Terrenos e Recursos Naturais	1.045.784,65	0,00	0,00	0,00	1.045.784,65
Edificios e Outras Construções	2.949.776,78	0,00	0,00	286.899,52	3.236.676,30
Equipamento Básico	72.798.563,18	195.346,91	0,00	429.916,05	73.423.826,14
Equipamento de Transporte	343.047,46	0,00	-17.785,00	-30.401,70	294.860,76
Ferramentas e Utensílios	34.585,97	4.983,76	0,00	0,00	39.569,73
Equipamento Administrativo	581.594,70	49.339,83	0,00	0,00	630.934,53
Taras e Vasilhames	0,00	1.961,00	0,00	0,00	1.961,00
Imobilizado em curso	545.370,47	413.337,63	0,00	-806.045,00	152.663,10
Outras Imobilizações Corpóreas	19.796,89	0,00	0,00	0,00	19.796,89
Total (2)	**78.318.520,10**	**664.969,13**	**-17.785,00**	**-119.631,13**	**78.846.073,10**
Total (1) + (2)	**78.663.797,10**	**664.969,13**	**-17.785,00**	**-119.631,13**	**79.191.350,10**
Investimentos Financeiros:					
Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	4.258.046,38	57.585,11	0,00	0,00	4.315.631,49
Total (3)	**4.258.046,38**	**57.585,11**	**0,00**	**0,00**	**4.315.631,49**
Total (1) + (2) + (3)	**82.921.843,48**	**722.554,24**	**-17.785,00**	**-119.631,13**	**83.506.981,59**

Figura 53

Descrição	Saldo Inicial	Reforços	Anulação/Reverso	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de Instalação	292.777,00	0,00	0,00	292.777,00
Despesas Investigação & Desenvolvimento	33.489,77	7.835,23	0,00	41.325,00
Prop.Industrial e Out.Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1)	326.266,77	7.835,23	0,00	334.102,00
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	390.993,49	123.908,02	0,00	514.901,51
Equipamento Básico	10.854.219,30	2.785.404,96	0,00	13.639.624,26
Equipamento de Transporte	249.820,03	41.968,48	-48.186,68	243.601,83
Ferramentas e Utensilios	27.176,66	4.253,71	0,00	31.430,37
Equipamento Administrativo	518.460,98	27.724,51	0,00	546.185,49
Taras e Vasilhame	0,00	604,14	0,00	604,14
Outras Imobilizações Corpóreas	6.944,33	2.322,53	0,00	9.266,86
Total (2)	12.047.614,79	2.986.186,35	-48.186,68	14.985.614,46
Total (1) + (2)	12.373.881,56	2.994.021,58	-48.186,68	15.319.716,46
Investimentos Financeiros:				
Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (3)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1) + (2) + (3)	12.373.881,56	2.994.021,58	-48.186,68	15.319.716,46

Figura 54

	Amortizações do Exercício	Amortizações Acumuladas
Amortizações pelo DR 2/90		
. amortizações de investimento reversível	2.959.283,34	14.736.644,25
. amortizações de investimento não reversível	26.903,01	583.072,21
Subtotal	2.986.186,35	15.319.716,46
Ajustamentos decorrentes da DC4		
. ajustamentos relativos a investimento realizado	-517.336,08	-2.881.112,26
. ajustamentos relativos a investimento futuro	1.407.208,68	7.036.043,14
Subtotal	889.872,60	4.154.930,88
Amortizações Totais		
. investimento realizado (DC4)	2.959.283,34	14.736.644,25
. investimento futuro (DC4)	889.872,60	4.154.930,88
. bens não reversíveis	26.903,01	583.072,21
Total	3.876.058,95	19.474.647,34
		Dez-06
AC-Invest Esper-Imob	27350001	416.877,88
AC-Invest Esper	27350002	-4.571.808,76
	66800001	-4.154.930,88
AE-Invest.Esperado	66800002	1.407.208,68
AE-Dif. DC4 e 2/90		-517.336,08
		889.872,60

Figura 55

N.º 14. Identificação dos bens do activo imobilizado afectos à concessão e que, no final da mesma, irão reverter a favor da Concedente, a 31 de Dezembro de 2006:

CAP	Designação	Valor Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
42100001	Terrenos	1.045.784,65	0,00	1.045.784,65
42200001	Edifícios e Outras Construções	3.236.676,30	-514.901,51	2.721.774,79
42300001	Equipamento Básico	73.423.826,14	-13.639.624,26	59.784.201,88
42400001	Equipamento de Transporte	294.860,76	-243.601,83	51.258,93
42500001	Ferramentas e utensílios	39.569,73	-31.430,37	8.139,36
42600001	Equipamento Administrativo	630.934,54	-545.514,42	85.420,12
42700001	Taras e Vasilhames	1.961,00	-604,14	1.356,86
42900001	Outros Imobilizados Corpóreos	19.796,88	-9.266,86	10.530,02
43100001	Despesas de Instalação	292.777,00	-292.777,00	0,00
43200001	Despesas de Investigação e Desempenho	52.500,00	-41.325,00	11.175,00
44000001	Imobilizado em Curso	152.663,10	0,00	152.663,10
	Total	79.191.350,10	-15.319.045,39	63.872.304,71

Figura 56

Imobilizado em Curso	Valor
Conduta de Abast. de água aos Brejinhos	15.508,44
Projecto de Rep. dos Edifícios da ETAR	21.360,00
Reforço de Capt. Monit. do Aquífero	80.819,00
Remodelação da rede de dist. Água St. André	12.424,00
Outros Investimentos	23.551,66
	152.663,10

Figura 57

N.º 15. Indicação dos bens utilizados em regime de localização financeira

Bem	Entidade	Valor de Aquisição	Amortização Acumulada	Dívida
Viatura 28-79-VP	LeasePlan	25.211,20	25.211,20	5.894,74
Viatura 72-AH-62	LeasePlan	20.967,37	10.483,68	14.856,81
Viatura 85-AL-74	LeasePlan	20.702,86	10.351,44	15.592,72
Viatura 85-AL-75	LeasePlan	20.702,86	10.351,44	15.328,21
Total		87.584,29	56.397,76	51.672,48

Figura 58

N.º 16. Firma e sede das empresas do grupo e das empresas associadas com indicação da fracção de capital detida bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício

As demonstrações financeiras de Águas de Santo André, S.A. são incluídas na consolidação de contas de AdP Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 114/134, 5.º, 1250-169 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100% do capital.

N.º 18. Discriminação dos valores constantes na conta 415 "fundos" e identificação das respectivas afectações

A empresa constituiu o fundo de renovação no montante de € 4.249.131,49 e o fundo de constituição do capital no montante de € 66.500,00, de acordo com o previsto, respectivamente, nas cláusulas 13ª e 18ª do contrato de concessão.
A 31 de Dezembro de 2006, encontra-se cativo o montante de €601.969,13, na conta à ordem da CGD, para reforço dos fundos de renovação e constituição do capital, no valor de €585.239,57 e €16.625,00, respectivamente.

N.º 21. Movimentos dos Ajustamentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	2.224.917,94	186.893,58	-1.654.290,57	757.520.95
Total	**2.224.917,94**	**186.893,58**	**-1.654.290,57**	**757.520.95**

Figura 59

As reversões, no montante de 1.654.290,57 Euros devem-se à resolução do contencioso existente a 31 de Dezembro de 2005, com a Petrogal, relativo à facturação de agravamentos de Resíduos Industriais.

N.º 23. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Foi constituída uma provisão para clientes de cobrança duvidosa no montante de €186.893,58, à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, devido a esta não reconhecer as dívidas relativas à facturação de Efluentes Domésticos.

N.º 25. Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da Empresa

Valor a pagar ao pessoal € 1.206,93.

N.º 28. Discriminação das dívidas incluídas na conta "Estado e outros entes públicos" em situação de mora

Em 31 de Dezembro de 2006, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e Outros Entes Públicos.

N.º 29. Discriminação das dívidas a terceiros a mais de cinco anos

A Empresa deverá suportar nos exercícios seguintes os custos relativos ao descrito no n.º 4 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, no montante de € 11.492.303,13 (transferências mensais para o INAG de € 39.903,83, sendo o montante de 2.394.229,85 a cinco anos e o montante de 6.224.997,53, dívida à mais de cinco anos), bem como os descritos nos n.ºs 4 e 6 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio (bonificação de 20% das pensões do Pessoal INAG), conforme informação da nota 48.

A 31 de Dezembro de 2006, a Empresa actualizou a dívida ao INAG, que se encontra registada na rubrica de fornecedores de curto prazo, no montante de €506.954, na rubrica de fornecedores de m/l prazo, no montante de €3.382.787 em contrapartida da rubrica de proveitos diferidos no montante de €3.889.741, valor referente aos juros da dívida do INAG bem como o registo no valor de €8.560.254, referente ao capital em dívida que se encontra reflectida nas contas de fornecedores de curto e m/l prazo e no imobilizado.

N.º 31. Valor global dos compromissos financeiros que não figure no balanço, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa. Para além disso devem ser indicadas separadamente os compromissos relativos a pensões, bem como os que respeitem a empresas interligadas

Os compromissos financeiros assumidos por Águas de Santo André, S.A. a 31 de Dezembro de 2006 são os seguintes:

Fornecedor	Descrição	Valor Adjudicado
Aquapoint	Aluguer dispensador água corrente	2.178,00
Cem por Cento	Consultadoria Técnica na área ambiental dr. Contente Mota	16.063,20
LPQ	Análises lamas ETAR Ribeira de Moinhos	2.028,54
TED		3.786,32
Tudor	Jogo baterias substação ETA Morgavel	2.659,40
Joaquim Ângelo da Silva	CI nº.nº.02/dafc/ap/06 - ligação emissário de sines à caixa de reunião final da águas de Santo André	12.993,46
Joaquim Ângelo da Silva	CI nº.nº.02/dafc/ap/06 - ligação emissário de sines à caixa de reunião final da águas de Santo André	52.011,91
Viv. Vasco Gama	Serviços de manutenção do ajardinamento dos espaços exteriores das instalações de águas de Santo André	29.942,27
Babcock	Conjuntos válvulas flexíveis p/tambor cloro líquido	13.168,91
Actaris	Reparação contadores diversos calibres	3.793,69
Cegsa / Francisco Ramirez	Estudo geotécnico de Sines	3.775,21
M. Santos & Irmão	**Contrato 07/difc/cl/06** prestação de serviços de limpeza das diversas instalações em santo andré, aterro sanitário, Mte. Chão e ETA de Morgavel com fornecimento de consumiveis	42.108,00
IGL	Estudo caracterização renovação sist.dist.água industrial	24.224,20
Eiquipetrol	Reparação de 4 válvulas borboleta dn900 pn16 Ermidas	8.542,60
ITEAG	Assistência técnica de manutenção para 2006	59.017,75
Hidrobomba	2 bombas e válvulas para recircularização de lamas	22.229,81
STET	Reparação tubos sitema hidráulico cat 973 aterro	2.395,06
EGF	Licença ambiental aterro de Santo André	15.125,00
FJPP	PS Consultadoria técnica à direcção de exploração	50.820,00
Jomarlimpa	PS Mertula/AdSA7 trabalhador	
Jomarlimpa	Trabalhos limpeza margem esquerda canal Sado	8.917,70
F9 Consulting	Prestação serviço de Consultadoria Financeira	22.415,25
Fernando Ribeiro	Projecto revisão abastecimento água a Brescos e Costa de Santo André	2.058,21
José Quitério Costa	Assessoria técnica execução sondagens para furos piezómetros	11.071,50

Figura 60

Adicionalmente, salientamos que o valor dos investimentos futuros previstos no contrato de concessão ascende a € 35.180.215,68.
A empresa, para efeitos de cálculo da DC4, actualizou o montante de investimentos futuros de 2006 para um valor de € 40.387.675,57.

N.º 32. Descrição das responsabilidades da Empresa por garantias prestadas desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais

A Empresa solicitou, de forma a cumprir o disposto no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, uma garantia bancária no montante de € 249.398,95.

N.º 34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de terceiros:				
Provisões para Riscos e Encargos	1164,54	0,00	0,00	1.164,54
Total				
	1164,54	0,00	0,00	1.164,54

Figura 61

Foi constituída, em 2004, uma provisão para riscos e encargos no valor de Euros 1.164,54, relativa ao funcionário Paulo Ferreira.

N.º 36. Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e seu valor nominal

O Capital Social ascende a 500.000 Euros, representado por 100 000 acções da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100% por AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

N.º 40. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Reservas Legais	46.435,58	928,82	0,00	47.364,40
Resultados Transitados	555.876,08	0,00	0,00	555.876,08
Resultados Liquidos	18.576,34	1.383.941,63	-18.576,34	1.383.941,63
Total	1.120.888,00	1.384.870,45	-18.576,34	2.487.182,11

Nota: Foi distribuído ao Accionista o montante de € 17647,52

Figura 62

N.º 41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Mat. Primas, Subsid. e de Consumo
Existências Iniciais	0,00	146.499,62
Compras	0,00	140.385,26
Regularização de Existências	0,00	-14.744,44
Existências Finais	0,00	142.882,61
CMVMC	0,00	129.257,83

Figura 63

N.º 43. Indicação, global para cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções

Foram atribuídas, no decorrer do ano de 2006, aos membros dos Órgãos Sociais, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções.
- Conselho de Administração: € 120.685,20 (cento e vinte mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e vinte cêntimos).
- Fiscal Único: € 13.150,00 (treze mil cento e cinquenta euros).
- Assembleia-geral: € 481,90 (quatrocentos e oitenta e um euros e noventa cêntimos).

N.º 44. Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por actividades e por mercados

Actividade	Volume de Negócios (€)			
	2006	2005	2004	2003
Água Potável	1.068.541,78	1.112.551,00	1.167.560,00	1.167.662,00
Água Industrial	3.702.672,13	3.721.276,00	3.484.563,00	3.445.861,00
Efluentes	1.713.091,77	2.488.293,00	2.900.231,00	2.445.861,00
Resíduos Industriais	0,00	0,00	382.814,00*	459.047,00
Outros Serviços	24.313,64	86.935,00	1.519.087,00	41.151,00
Total	6.508.619,32	7.409.455,00	9.071.441,00	7.040.449,00

A facturação desta actividade, foi levada à conta 274 - Proveitos Diferidos

Figura 64

N.º 45. Demonstração dos resultados financeiros

	2006	2005
Custos e Perdas		
Juros Suportados	260.264,78	26.688,21
Outros custos e perdas financeiros	2.054,82	1.989,62
*	262.319,60	28.677,83
Proveitos e Ganhos		
Juros Obtidos	-97.169,47	-135.045,42
Ganhos na alienação de aplic. tesouraria	-5.610,60	-6.715,76
*	-102.780,07	-141.761,18
Resultados Financeiros	159.539,53	-113.083,35

Figura 65

N.º 46. Demonstração dos resultados extraordinários

	2006	2005
Custos e Perdas		
Donativos	10.713,10	570,70
Perdas em existências	26.261,21	11.590,37
Multas e Penalidades	1,25	1.255,75
Correcções relativas a exerc. anteriores	456.900,25	3.069,01
Outros Custos e perdas extraordinários	7.528,79	7.648,89
*	**501.404,60**	**24.134,72**
Proveitos e Ganhos		
Ganhos em existências	-11.572,18	-18,20
Ganhos em Imobilizações	-24.377,52	0,00
OPGE - Correção de Exer. Anteriores	-2.325.808,79	0,00
OPGE - Amortização Integração de Activos	-2.053.701,67	-2.053.701,67
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	-156.717,45	0,00
*	**-4.572.177,61**	**-2.053.719,87**
Resultados Extraordinários	**-4.070.773,01**	**-2.029.585,15**

Figura 66

N.º 47. Informações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 447º e 448º, do Código das Sociedades Comerciais, das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro, e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que Águas de Santo André, S.A. não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

b) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Setembro, informa-se que Águas de Santo André, S.A. não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência.

N.º 48. Outras Informações Consideradas Relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Em 31.12.2006, tinham especial expressão as importâncias relativas a:

a) Reconhecimento dos direitos com férias, subsídios de férias e seus encargos, no montante de 187.904,38 Euros, e reconhecimento de prémios por processar no montante de 71.836,00 Euros, decorrente dos direitos devidos aos colaboradores, os quais se encontram reflectidos na conta 273 acréscimos de custos;

b) Reconhecimento na conta 274 Proveitos Diferidos da integração de activos provenientes do INAG e mencionados na nota 14, da importância de 14.365.378,98 Euros relativa à aplicação do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 191/93, de 24 de Maio, bem como das receitas da aquisição do passivo ambiental dos resíduos industriais, no montante de 691.747,95 Euros, as quais só deverão ser reconhecidas como proveito quando se efective o respectivo custo de tratamento e deposição final;

c) O imposto estimado para o exercício de 2006 no montante de 535.775,13 Euros encontra-se reflectido na conta 2413 Imposto Estimado;

d) De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecemos o valor de 91.591,90 Euros referente à facturação de água potável e águas residuais, emitida em Janeiro de 2007 mas referente a Dezembro de 2006. Encontram-se reflectidos na conta de acréscimo de proveitos 271;

e) Em 31 de Dezembro de 2006 a posição da carteira da Caixagest Moeda é de 1.237.694,85 Euros;

f) Nos termos da cláusula 15ª do Contrato de Concessão, os capitais próprios aplicados na Sociedade serão remunerados através de uma margem, a qual não poderá ser inferior à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco. O valor da remuneração do capital calculado nos termos da concessão era o seguinte:

Ano	Remun. mínima (€)	Proposta (€)	Dividendos pagos (€)
2001	5.250,00	0,00	0,00
2002	35.000,00	40.250,00	40.250,00
2003	30.600,00	37.928,70	37.928,70
2004	31.200,00	36.400,00	36.400,00
2005	27.321,78	17.647,52	NA
2006	37.848,61	37.848,61	17.647,52

Figura 67

Raposa - *Vulpes vulpes*

Relatório e Parecer do Fiscal Único

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, excepto nos aspectos mencionados na Certificação Legal das Contas;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente explicitada.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº 505 628 702 (ex nº. 11612)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
NIPC 505 628 702 Capital Social Euros 217.000
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Águas do Santo André, S.A.
28 de Fevereiro de 2007

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda
representada por:

José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

(2)

Certificação Legal de Contas

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 76.157.452,07 euros e um total de capital próprio de 2.487.182,11 euros, incluindo um resultado líquido de 1.383.941,63 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Águas de Santo André, S.A.
28 de Fevereiro de 2007

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Águas de Santo André, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

8.1 Tal como referido no Relatório de Gestão, embora a actividade da Empresa inclua vários negócios, o seu actual equilíbrio económico financeiro baseia-se essencialmente no negócio "Água Industrial", encontrando-se bastante dependente da actividade mantida com apenas 3 empresas, conduzindo por isso a uma extrema vulnerabilidade a eventuais perturbações ao nível tecnológico ou de mercado nesses clientes. Adicionalmente e também como referido no Relatório de gestão, as infraestruturas da Empresa encontram-se sobredimensionadas para a sua actividade actual e perspectivada para o futuro com as necessárias implicações no apuramento dos custos do exercício.

8.2 Por a actividade da Empresa se enquadrar no âmbito das actividades reguladas, em que se determinam tarifas e preços permitindo a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados bem como a remuneração dos capitais aplicados, e não se encontrarem ainda reguladas as regras e métodos que permitam regularizar os excessos e insuficiências de recuperação, optou-se por não registar a periodização daqueles excessos ou insuficiências.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

(2)